

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À Sociedade Brasileira,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL relativas ao ano de 2018, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no País aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Números (R\$ milhões)	2017	2018	Δ %12M
Lucro Líquido Contábil	12.488	10.355	-17,1
Lucro Líquido Recorrente	9.038	12.692	40,4
Ativos Totais	1.260.699	1.264.055	0,3
Carteira de Crédito Ampla	706.276	694.519	-1,7
Captações	1.016.155	1.003.849	-1,2
Depósitos	506.226	520.738	2,9
Poupança	276.693	298.353	7,9
ROA - Retorno sobre o Ativo ¹	0,7%	1,0%	0,3 p.p.
ROE - Retorno sobre o PL ¹	13,6%	16,1%	2,4 p.p.
Índice de Eficiência Operacional ¹	48,6%	46,5%	-2,1 p.p.
Índice de Basileia	17,7%	19,6%	1,9 p.p.
Empregados (quantidade)	87.654	84.852	-2,702
Agências e Postos de Atendimento (quantidade)	4.198	4.170	-28,0
Transações Agências e Postos de Atendimento (quantidade em milhões)	401	342	-14,6
Transações Mobile Banking (quantidade em milhões)	1.185	1.800	51,9
Pagamento de benefícios sociais (R\$)	28.692	29.827	4,0
Pagamento de benefícios ao trabalhador (R\$)	313.574	274.507	-12,5

¹ Conforme itens da tabela resultado recorrente.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com muita satisfação que nos dirigimos à sociedade brasileira e aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, Governo, controlador, reguladores e investidores. Apresentamos, aqui, a atuação e os resultados da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no ano de 2018, bem como os primeiros passos já iniciados por essa nova gestão desde a nossa posse, ocorrida em 3 de janeiro último, nove dias antes de a Empresa completar 158 anos de existência.

Assumimos a presidência da CAIXA com muito orgulho, responsabilidade e motivação. Aceitamos a missão dada pelo Presidente da República e pelo Ministro da Economia de conduzir a CAIXA com diligência e foco na atuação sustentável de seus negócios. Daremos continuidade a melhoria da eficiência operacional e ao incremento na rentabilidade das operações, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A CAIXA tem números impressionantes e um quadro de colaboradores comprometidos com a sua missão. Somos atualmente o maior banco brasileiro em número de clientes (93 milhões), responsáveis por 37% da poupança nacional e 69% do crédito habitacional. Possuímos uma capilaridade sem igual, com 4.170 agências e postos de atendimento, 8.500 correspondentes bancários exclusivos, 13.031 unidades lotéricas, além de 29.227 máquinas exclusivas de autoatendimento. A grande maioria dos pontos de atendimento da CAIXA funcionam em horários alternativos e estão presentes em todos os municípios do País, incluindo as localidades mais humildes e distantes das capitais. Isso faz com que a CAIXA cumpra com excelência o papel social de atuar como principal agente de políticas públicas do Governo Federal.

Outros destaques relevantes foram o aumento na capitalização do Banco, com o Índice de Basileia crescendo de 17,7% em 2017 para 19,6% em 2018, e o avanço nas transações em *Mobile Banking* de 1,2 bilhão em 2017 para 1,8 bilhão em 2018, demonstrando o foco na melhoria tecnológica.

Medidas adotadas no Balanço de 2018 refletem a determinação para tornar a CAIXA ainda mais transparente e alinhada as boas práticas de mercado. Estudos desenvolvidos apresentaram propostas de ajustes para dar mais credibilidade e transparência à Empresa e aos seus resultados.

O lucro líquido recorrente da CAIXA atingiu R\$ 12,7 bilhões em 2018, representando um crescimento de 40,4% sobre o resultado do ano anterior. Contabilmente, o lucro líquido desse ano foi de R\$ 10,4 bilhões, um recuo de 17,1% em relação ao ano de 2017. Esses resultados estão detalhados ao longo deste relatório e nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras de 2018.

Diversas medidas relevantes para a realização do nosso compromisso de gestão da CAIXA em 2019 já foram executadas. Agiremos proativamente para fortalecer e melhorar a governança: monetizar ativos não estratégicos, para pagamento de dívidas da CAIXA com o Tesouro Nacional; ampliar a melhoria e a transparência para escolha de cargos e funções; reforçar a atuação nos segmentos de baixa renda e infraestrutura; intensificar a concessão de microcrédito; regionalizar a atuação do Banco com entendimento das necessidades locais, com o programa CAIXA Mais Brasil; ratificar a missão social da Empresa junto à sociedade brasileira; melhorar a qualidade do crédito; reduzir despesas; aumentar a eficiência e atuar no mercado de capitais.

Todas nossas ações terão sempre a premissa de manter a CAIXA rentável e autossustentável criando valor para a sociedade.

Governança

Medidas importantes iniciadas em 2018 tiveram prosseguimento e foram reforçadas pela atual gestão, além da inclusão de novas medidas, visando maior transparência e mais acesso a informações da Empresa.

Processo de renovação de executivos

Em busca do fortalecimento da meritocracia, promovemos o processo de renovação do time de executivos da CAIXA, utilizando critérios claros e objetivos para valorizar a trajetória profissional dos colaboradores e os resultados históricos por eles alcançados. Além disso, este processo contou com criteriosa análise de perfis dos executivos por várias instâncias da CAIXA.

Neste contexto, consolidamos, em janeiro de 2019, o processo seletivo para a composição do Conselho Diretor da CAIXA e de seus altos executivos, para melhor alinhamento às diretrizes estratégicas da Empresa. A escolha dos Vice-Presidentes (VP) contou também com o apoio da empresa global de recrutamento e seleção Russel Reynolds.

Para as posições de Diretores Executivos e Diretor Jurídico da CAIXA, assim como de Diretores das subsidiárias, foi dada a oportunidade de participação no processo a todos os executivos elegíveis do quadro, sendo alguns validados no cargo e outros nomeados para as posições disponíveis.

Além disso, houve a avaliação de todos os 84 Superintendentes Regionais na Rede Negocial, observando seus resultados históricos, perfil profissional e competências requeridas para a posição, o que gerou renovações e remanejamentos nessas posições. Eventuais alterações estão em avaliação pelos Vice-Presidentes e Diretores Executivos no que tange às funções estratégicas de Superintendente Nacional, Gerente Nacional, Gerente Regional e Gerente Geral.

Reforço das boas práticas

A CAIXA segue aprimorando suas práticas de governança corporativa, buscando tornar-se referência na adoção de boas estratégias de gestão, alinhadas aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade sócio empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade.

Para fazer frente ao novo contexto e aos seus objetivos estratégicos, a CAIXA está revisando o seu modelo de governança, notadamente os fóruns e instâncias decisórias, bem como suas políticas e regimes de alçadas.

Início da implantação do padrão SOX na contabilidade da CAIXA

Buscando a aproximação da governança corporativa e da transparência da CAIXA às instituições listadas no mercado norte americano, diretamente ou por meio de ADR3 ou ADR3 (*American Depositary Receipts*), a Empresa iniciou a implantação de controles internos sobre os processos e demonstrações financeiras em conformidade com a Lei Sarbanes Oxley (SOX).

Tal transformação passa por avaliação criteriosa das práticas, políticas, processos e ferramentas contábeis e tributárias, de gerenciamento dos recursos humanos e outras práticas adotadas pela CAIXA e pelos Fundos e Programas Sociais, frente as normas e regulamentos da SOX e as melhores práticas de mercado.

Compromisso da CAIXA com igualdade de tratamento, transparência e acesso à informação

Buscando aderência às melhores práticas de mercado, a CAIXA adotará procedimentos adicionais para aprimorar a transparência das informações financeiras trimestrais disponibilizadas ao mercado e à sociedade, respeitando tratamento isonômico e equitativo, assim como permitindo fácil acesso às informações por meio do website da Empresa.

As divulgações de resultado trimestral da CAIXA serão realizadas por meio de relatório analítico e apresentação dos destaques (em português e inglês). Na sequência da disponibilização dessas informações, a diretoria realizará teleconferências com investidores, colaboradores, imprensa, partes interessadas e público em geral, proporcionando a todos a oportunidade de melhor entendimento dos resultados da CAIXA, assim como a oportunidade de ouvir esclarecimentos diretamente de seus executivos.

Estratégia

Iniciamos também ações importantes em 2019 a fim de levar a CAIXA a um patamar superior de estrutura e agilidade, com o reconhecimento dos colaboradores de melhor desempenho e a mobilização em busca de novas conquistas.

Programa CAIXA Mais Brasil

Pioneiro e audacioso, o CAIXA Mais Brasil consiste em um programa estruturado para conhecer as distintas realidades brasileiras, consolidado em visitas locais durante 40 finais de semana em 2019, passando por todos os estados brasileiros. Desde janeiro deste ano, o CAIXA Mais Brasil já esteve em 16 cidades de oito estados: Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Piauí, Paraná e Pernambuco.

O programa é uma proposta de aproximação entre as mais diversas regiões do País, por meio de um ente que está presente historicamente em todas elas: a CAIXA. O encontro com lideranças regionais, colaboradores do Banco, empresários, autoridades e, principalmente, comunidades que procuram condições de permanência e dignidade, proporciona um recorte e um mapeamento do Brasil em suas múltiplas realidades.

Atualização do plano estratégico

Iniciada a revisão do plano estratégico integrado da CAIXA, que contempla maior foco em atividades fins, redução de participação em atividades não estratégicas (desinvestimento) e revisão do orçamento 2019 (plano de capital, financeiro e orçamentário). Tais ações objetivam, também, alinhar metas e resultados esperados para as suas subsidiárias.

Foco no mercado de capitais e assessoria estratégica

Foi reforçada a estrutura e atuação da equipe de banco de investimento da Caixa, com a realocação interna de talentos multidisciplinares, visando expandir a pré-existente operação de mercado de capitais de renda fixa do banco e criar um portfólio completo de produtos de banco de investimento.

Essa nova estrutura liderará as potenciais operações estratégicas e de mercado de capitais da CAIXA e de suas subsidiárias, com eficiência e transparência. Também assessorará o Governo, sempre que necessário, com celeridade e qualidade em suas possíveis transações, e rentabilizará a carteira corporativa da CAIXA prestando serviços para seus clientes.

As análises estão em desenvolvimento com potenciais transações que geram valor para a CAIXA, seus colaboradores, controlador e clientes. Estão em análise cerca de 40 operações entre *Equity Capital Markets* (ECM), Fusões e Aquisições (M&A), *Debt Capital Markets* (DCM) e Securitização de Ativos, que podem superar R\$ 100 bilhões.

A oferta pública secundária de ações (*follow on*) do IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB) de R\$2,51 bilhões, realizada em fevereiro de 2019, foi o primeiro grande marco alcançado neste fortalecimento da atividade de banco de investimento da CAIXA.

Esse foi o maior *follow on* 100% secundário da história brasileira, executado conforme a Instrução CVM 476, e foi a primeira oferta de ações em que a CAIXA atuou como coordenadora líder. Este processo foi executado de modo célere em menos de 1 mês.

Assim, de maneira eficiente, transparente e com a assessoria da CAIXA, o Fundo Garantidor da Educação (FGEDJUC), que detinha as ações do IRB, realizou um ganho superior a oito vezes o investimento inicial e adequou seu portfólio as necessidades de liquidez do fundo.

Gestão de Ativos e Passivos

Foi proposta a revisão de atuação e escopo do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que até então estavam divididos entre atribuições de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) e de gestão de negócios.

A partir de ajustes na sua configuração, retirando a parte negocial, o ALCO ficará responsável, exclusivamente, pela criação de estratégias para gerenciamento do planejamento financeiro da CAIXA. Seus membros irão atuar para garantir que as melhores práticas de ALM sejam adotadas.

As decisões do ALCO estarão focadas em garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez, capital e rentabilidade, levando em consideração: (i) as necessidades de curto e longo prazos; (ii) as fontes estáveis de financiamento; (iii) a otimização do custo de *funding* e de capital; e, (iv) as políticas de "preço de transferência" para os diversos negócios da CAIXA.

Como piloto de implantação do processo de proteção da carteira *banking*, foi feita a imunização de um conjunto de contratos do produto Crédito Consignado CAIXA, por meio da compra de futuros de DI. Na posição de 31/12/2018, a efetividade do programa de *hedge accounting* (*fair value hedge*) fechou o ano dentro dos limites estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, que determina e consolida os critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, mostrando a eficiência no tratamento do spread da carteira protegida.

Após o piloto, a CAIXA pretende expandir a estratégia de proteção da carteira já em 2019.

Gestão gerencial e estratégica de negócios

Com o objetivo de subsidiar as decisões e melhorar a gestão dos negócios, está em curso o desenvolvimento e a implantação de um novo sistema de informações gerenciais (MIS) para a CAIXA, que contemplará as informações nos âmbitos estratégico, tático e operacional. O novo MIS deverá garantir informações integradas, ágeis e detalhadas de estratégia, resultado, cliente, canal e produto.

Os principais benefícios incluem alinhamento dos conceitos técnicos, melhor gestão de riscos operacionais e de reputação, disponibilidade, assertividade, integridade, confidencialidade das informações, decisões mais efetivas e rápidas, melhor governança na gestão dos dados, melhor depuração na geração dos dados, clareza nos resultados esperados, criação de cultura de compartilhamento das informações e padrão de atuação.

Em 2018 foram revisados todos os modelos de precificação de produtos de crédito e serviços da CAIXA, com apoio da consultoria externa especializada Bain & Company, com o objetivo de alinhar a metodologia da Empresa as melhores práticas do mercado nacional e internacional. Essa revisão contemplou toda a metodologia utilizada para a análise de rentabilidade dos produtos e serviços, passando também pelos insumos utilizados nos modelos.

A utilização do indicador Retorno Ajustado ao Risco (RAROC) foi a principal mudança metodológica, passando a considerar o capital alocado na análise de rentabilidade das operações, alteração implantada em 2018, resultando, inclusive, na revisão da política de preços da CAIXA. A operacionalização das demais recomendações da consultoria está em curso.

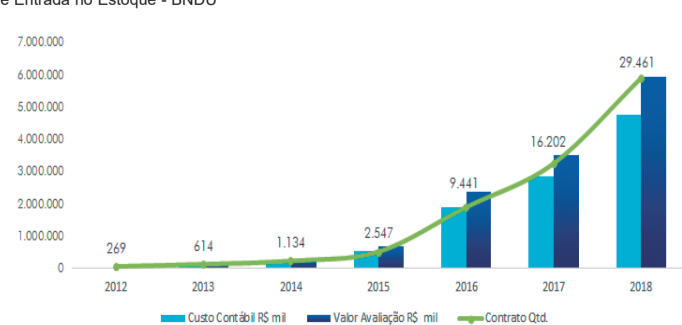
Balanço

BNDU - Bens não de uso próprios

Na carteira de bens não de uso próprio (BNDU), que representam imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis CAIXA que eram de uso e foram desativados, identificou-se a necessidade de revisão da estimativa do valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização. Em 31/12/2018 a CAIXA possuía 62.972 imóveis em estoque de BNDU, que totalizavam R\$ 11,5 bilhões.

Para tanto, realizou-se novo estudo, em uma amostra de 720 imóveis, com a finalidade de atualizar a metodologia de cálculo do *impairment* e da provisão para esses bens, diante do crescimento do estoque e das vendas nos dois últimos anos, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Ano de Entrada no Estoque - BNDU

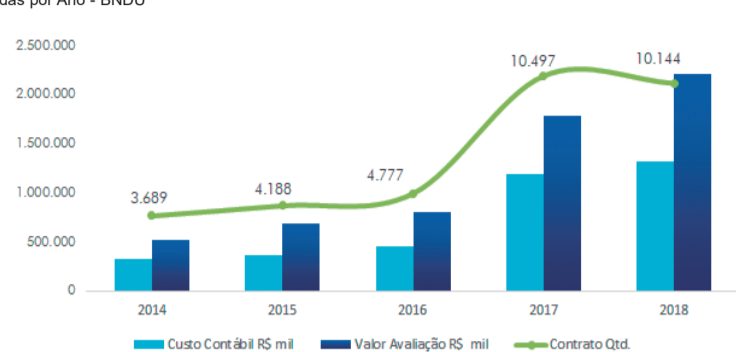


Fonte: CAIXA

Foram consideradas as variáveis relevantes que impactam essa carteira, sendo elas: o percentual do deságio em relação aos imóveis ocupados e desocupados, o tipo de financiamento, o levantamento de todos os custos incorridos durante o processo de retomada (denominados custos recuperáveis), bem como dos custos de manutenção dos imóveis em estoque até a sua venda. Isso visou aderência às boas práticas relacionadas ao valor de recuperação do ativo, além de eventual provisão de passivos existentes.

Das vendas de BNDU realizadas nos últimos quatro anos, 69% ocorreram entre 2017 e 2018:

Vendas por Ano - BNDU



Fonte: CAIXA

Em função dessa reavaliação, a CAIXA realizou um *impairment* adicional de ativos não financeiros no valor de R\$ 1,2 bilhão, que somado ao *impairment* realizado no decorrer do ano, totalizou R\$ 2,8 bilhões.

FI - FGTS e Carteira Administrada (CA-FGTS)

A CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS, tem a obrigação legal de garantir a rentabilidade mínima esperada para o conjunto de ativos que compõe esse Fundo. Assim, deve reconhecer o derivativo passivo dos valores relativos as garantias de rentabilidade mínima de TR+3% a.a. para o FI-FGTS e de TR+6% a.a. para a CA-FGTS.

Nesse sentido, houve mudança da prática contábil, sendo a garantia classificada como instrumento financeiro derivativo, por sua natureza específica. Para isso, foi desenvolvida metodologia para precificar o valor total do derivativo a ser contabilizado, considerando a garantia de rentabilidade das carteiras FI-FGTS e CA-FGTS, que correspondeu ao valor de R\$ 729,9 milhões registrado no Patrimônio Líquido. Importante mencionar que esta foi a única mudança de prática contábil realizada no exercício.

FCVS

Também foi revisada a metodologia adotada pela CAIXA para provisão dos créditos constituídos junto ao FCVS. O cálculo da provisão dos contratos a serem ressarçados pelo fundo foi revisado, adequando-se as melhores práticas de mercado e visando captar corretamente os riscos vinculados ao recebimento dos ativos.

A nova metodologia, além de ter incorporado a possibilidade de sinistro para os contratos com negativa de cobertura, inseriu mais uma funcionalidade para o cálculo de provisão para os demais contratos com cobertura do FCVS, ou seja, para contratos Não Habilitados, Habilitados Não Homologados, Homologados e Novados Não Baixados.

A incorporação da nova funcionalidade permitiu a definição dos níveis de provisão de todas as operações cobertas pelo FCVS, o que gerou provisionamento adicional de R\$ 635,1 milhões.

Revisão de rating em créditos diversos

Foram revisadas as avaliações de risco das maiores operações da CAIXA que resultaram em ajustes de *rating*, particularmente de três grandes exposições de clientes do segmento de infraestrutura. Isso resultou em aumento na despesa de provisão, especificamente para essas operações no mês de dezembro de 2018, na ordem de R\$ 1,1 bilhão.

Tais ajustes tiveram por objetivo manter os valores provisionados alinhados aos riscos identificados nas operações de crédito de tomadores e grupos econômicos com os quais a Empresa tem exposições relevantes. Ressalte-se que esses ajustes não foram classificados como extraordinários, uma vez que essas revisões são regularmente realizadas pela CAIXA.

Revisão dos ativos intangíveis de tecnologia

Foram analisados os ativos de tecnologia da CAIXA e promovidas melhorias nas regras internas utilizadas para avaliação desses ativos no balanço do Banco. Como resultado dessa ação, ocorreram ajustes nas contas lucros ou prejuízos acumulados no valor de R\$ 120,5 milhões, referentes à amortização de períodos anteriores, e redução no resultado operacional no valor de R\$ 119,4 milhões, decorrente de amortização e de baixa por descontinuidade.

Foco nas Pessoas

Reafirmamos o nosso compromisso com as pessoas que colaboram direta e indiretamente para a atuação da CAIXA. Duas formas de reconhecimento dos nossos 84,9 mil colaboradores diretos são a participação nos lucros e resultados (PLR) e o bônus CAIXA. A participação dos colaboradores no resultado é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

Com base na expectativa de lucro da CAIXA, por ocasião da assinatura do ACT, no último mês de setembro foram pagos 50% da PLR aos colaboradores. O pagamento do saldo remanescente (50%), ajustado pelo lucro líquido realizado no ano, será efetuado até o final do mês de março.

O valor total da PLR de 2018 será de R\$ 1,5 bilhão, 8,0% superior ao valor pago em 2017, quando excluído o efeito não recorrente de R\$ 243 milhões, proveniente do resultado positivo extraordinário da adoção do limite de 6,5% sobre a folha de pagamento para as despesas da CAIXA com a Saúde CAIXA (CPC 33).

Além da PLR, desde 2017 oferecemos o Programa Bônus CAIXA, um sistema de recompensa baseado em metas corporativas e da unidade, destinado aos empregados que fazem parte do público-alvo definidos no regulamento do Programa, contemplando 15 mil funções gerenciais e de assessoramento estratégico. O objetivo do Programa é recompensar a contribuição dos gestores pela superação das metas alcançadas por meio de pagamento de parcela de remuneração variável. Para 2018, estão provisionados R\$ 70 milhões, superior em 16,7% ao valor de R\$ 60 milhões pagos em 2017.

COMENTÁRIO ECONÔMICO

Em 2018, a economia global apresentou crescimento muito próximo ao observado no ano anterior, entretanto o contexto foi de aumento das preocupações sobre um possível desaquecimento nas principais economias do mundo, em meio ao processo de elevação das taxas de juros nos Estados Unidos da América (EUA) e as tensões comerciais entre China e EUA. Nesse contexto, os ativos financeiros apresentaram maior volatilidade e o cenário se tornou mais desafiador para os países emergentes.

Por sua vez, a robustez das contas externas brasileiras permitiu ao País minimizar parte do impacto desse aumento de incertezas no cenário internacional. Além da posição externa favorável, o ambiente de inflação controlada, expectativas inflacionárias ancoradas, baixas taxas de juros e credibilidade da política monetária permitiu que a economia brasileira continuasse no processo de recuperação gradual, embora ainda limitada pelas incertezas domésticas e internacionais.

Para a retomada econômica em bases mais sólidas de consumo e, principalmente, de investimento, de mercados de crédito e de trabalho, torna-se fundamental a evolução da agenda de reformas estruturais, contribuindo para a sustentabilidade das contas públicas e para a melhora do ambiente de negócios doméstico. A necessidade de evolução dessa agenda se torna ainda mais imperiosa diante do cenário externo que tende a continuar desafiador no curto prazo.

ANÁLISE DE DESEMPENHO - RESULTADO

A tabela a seguir, apresenta os principais itens do resultado contábil obtidos em 2018:

Em R\$ milhões	4T17	3T18	4T18	Δ %12M	Δ %Trim.	2017	2018	Δ %12M
Margem Financeira	13.166	12.878	13.153	-0,1	2,1	50.466	50.963	1,0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.806)	(2.710)	(5.139)	-11,5	89,6	(19.257)	(14.926)	-22,5
Resultado Intermediação Financeira	7.360	10.168	8.014	8,9	-21,2	31.209	36.036	15,5
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	6.512	7.111	6.715	3,1	-5,6	25.041	26.849	7,2
Despesas Administrativas	(8.847)	(8.271)	(9.273)	4,8	12,1	(34.413)	(33.606)	-2,3
Outras Receitas e Despesas Operacionais	2.789	(1.676)	(3.632)	-230,2	116,6	(4.199)	(9.657)	130,0
Despesas Tributárias	(922)	(1.027)	(1.019)	10,5	-0,8	(3.876)	(4.080)	5,3
Resultado de Part. em Coligadas e Controladas	210	325	361	72,2	11,1	780	1.383	77,2
Resultado Operacional	7.101	6.628	1.166	-83,6	-82,4	14.543	16.926	16,4
Resultado Não Operacional	(178)	(236)	(2.378)	1237,5	906,7	(597)	(3.362)	463,4
Imposto de Renda, Contrib. Soc. e Part. nos Lucros	(678)	(1.579)	99	-114,6	-106,3	(1.458)	(3.209)	120,0
Lucro Líquido Contábil	6.245	4.813	(1.113)	-117,8	-123,1	12.488	10.355	-17,1

Principais variações do resultado 4T17 x 4T18

No 4T17, o lucro líquido de R\$ 6,2 bilhões foi impactado positivamente por um evento extraordinário (não recorrente) de R\$ 5,2 bilhões, decorrente da reversão de provisão atuarial do Saúde CAIXA após adoção do limite máximo de 6,5% da folha de pagamento.

No 4T18, o resultado ficou negativo em R\$ 1,1 bilhão, impactado pelo *impairment* de ativos não financeiros que compõe a carteira de bens não de uso próprio (BNDU), no valor de R\$ 2,2 bilhões no trimestre, realizado em função do aumento do estoque e pelo comportamento das vendas nos últimos anos.

Também impactou no resultado do 4T18 as revisões realizadas nas maiores exposições da carteira de crédito, que geraram a provisão adicional de R\$1,1 bilhão para três grupos específicos, a revisão da metodologia para provisão dos créditos constituídos junto ao FCVS, no valor de R\$ 635,1 milhões e o programa de desligamento de colaboradores (PDE), no valor de R\$ 230 milhões.

Exercício 2018 x 2017

No exercício de 2018, a CAIXA atingiu lucro líquido contábil de R\$ 10,4 bilhões, redução de 17,1% na comparação com o ano de 2017, tendo como principais destaques:

Resultado bruto da intermediação financeira

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 36,0 bilhões em 2018, evolução de 15,5% em 12 meses, influenciado pela redução de 22,5% nas despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa e pelo crescimento de 1,0% na margem financeira.

Os ativos da CAIXA totalizaram R\$ 1,3 trilhão, crescimento de 0,3% em 12 meses, influenciados pelo aumento de 6,2% na carteira de TVM e derivativos. O total de ativos administrados somou R\$ 2,3 trilhões, aumento de 4,6% em relação a dezembro de 2017, com destaque para o FGTS com saldo de R\$ 524,3 bilhões e alta de 7,2% e para os Fundos de Investimento que cresceram 22,4% em relação ao 4T17, totalizando R\$ 412,5 bilhões. O patrimônio líquido da CAIXA alcançou saldo de R\$ 81,2 bilhões, avanço de 15,1% em 12 meses.

Carteira de crédito ampla

A carteira de crédito ampla da CAIXA alcançou saldo de R\$ 694,5 bilhões em dezembro de 2018, redução de 1,7% em 12 meses, com o comportamento da carteira ainda repercutindo a estratégia adotada pela Empresa para equilíbrio de sua estrutura de capital. O sucesso com os ajustes realizados permitiu à CAIXA situar-se confortavelmente acima dos requerimentos mínimos de capital.

Ainda como reflexo dessa estratégia, houve o crescimento nas carteiras de menor risco, como habitação e infraestrutura, e redução da exposição nas carteiras comerciais, tendo como efeito a redução da provisão para devedores duvidosos.

Crédito imobiliário

O saldo da carteira de crédito habitacional cresceu 3,0% em 12 meses, totalizando R\$ 444,7 bilhões em dezembro de 2018, dos quais R\$ 265,2 bilhões foram concedidos com recursos FGTS e R\$ 179,4 bilhões com recursos CAIXA/SBPE. A CAIXA detém a liderança desse mercado com 68,8% de participação, ganho de 0,6 p.p. em 12 meses.

Até dezembro de 2018, foram contratados pela CAIXA R\$ 62,5 bilhões no Programa Minha Casa Minha Vida, o equivalente a 505.494 novas unidades habitacionais. Dessas novas moradias, 21,1% foram destinadas à FAIXA 1 do Programa, que se refere aos beneficiários com renda mensal de até R\$ 1,8 mil.

Crédito comercial

A carteira de crédito comercial da CAIXA totalizou R\$ 137,2 bilhões, redução de 15,2% em 12 meses, atingindo 7,8% de participação no mercado. A carteira PJ atingiu saldo de R\$ 55,3 bilhões em dezembro de 2018 e as operações comerciais com pessoas físicas atingiram o saldo de R\$ 81,9 bilhões, reduções de 18,8% e 12,6% respectivamente.

Crédito infraestrutura

As operações de infraestrutura obtiveram um incremento de 2,0%, alcançando saldo de R\$ 84,3 bilhões em dezembro de 2018. Por se configurar de grande relevância e incentivar o desenvolvimento econômico nacional, além de gerar relacionamento de longo prazo com os clientes jurídica, esse segmento está inserido no escopo de atuação estratégica da CAIXA.

Crédito rural

O crédito rural CAIXA atingiu saldo de R\$ 7,5 bilhões em dezembro de 2018, com destaque para a modalidade disponível para pessoa jurídica, que apresentou 61,4% de aumento em comparação com dezembro de 2017. Com esse saldo a CAIXA possui 2,9% de participação nesse mercado.

Captações

A tabela abaixo apresenta a evolução nas principais linhas de *fundings* da Empresa em 12 meses:

Captações (R\$ milhões)	Dez17	Set18	Dez18	Δ %12M	Δ %Trim.
Depósitos à Vista	32.399	28.306	30.446	-6,0	7,6
Depósitos de Poupança	276.693	291.400	298.353	7,8	2,4
Depósitos a Prazo	185.643	185.065	178.254	-4,0	-3,7
Outros Depósitos	11.491	10.054	13.688	19,1	36,1
Letras ¹	117.528	82.111	63.550	-45,9	-22,6
Emissões Internacionais	10.682	12.406	6.966	-34,8	-43,8
Compromissadas Carteira Própria	109.962	54.915	112.011	1,9	104,0
Empréstimos e Repasses	271.757	294.634	300.584	10,6	2,0
Total	1.016.155	958.891	1.003.849	-1,2	4,7

¹ Inclui letras imobiliárias, hipotecárias, financeiras e agrícolas.

As captações totais apresentaram saldo de R\$ 1,0 trilhão em dezembro de 2018. Os depósitos à vista totalizaram R\$ 30,4 bilhões, evolução de 7,6% no trimestre. A poupança apresentou saldo de R\$ 298,4 bilhões, alta de 7,8% em 12 meses e 2,4% no trimestre. Com esse saldo, a CAIXA manteve-se na liderança do mercado com 37,4% de participação.

Em dezembro de 2018, a Empresa possuía 78,0 milhões de contas de poupança, incremento de 3,2 milhões de contas em relação ao registrado em dezembro de 2017.

As letras imobiliárias, hipotecárias, financeiras e agrícolas totalizaram R\$ 63,6 bilhões, redução de 45,9% em 12 meses, em linha com a estratégia de captação da CAIXA.

Patrimônio líquido

A Empresa encerrou o ano de 2018 com um patrimônio líquido de R\$ 81,2 bilhões, um incremento de 15,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A variação de R\$ 10,7 bilhões no patrimônio líquido em 12 meses, foi decorrente, principalmente, da evolução de 41,0% nas reservas de lucro.

Circular BACEN 3.068/2001

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R\$ 41,3 bilhões no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

BASEILEIA

Em dezembro de 2018 o Índice de Basileia registrou 19,6%, superior ao mínimo de 11,0% regulamentado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 4.192 e 4.193, que normalizam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras.

O Índice de imobilização foi de 9,6%, mantendo a CAIXA enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50%.

O Índice de Endividamento do Setor Público no período foi de 29,6%, mantendo-se em linha com o apurado na mesma base do ano anterior. De acordo com a Resolução CMN nº 2.827/01, as operações de crédito de uma instituição financeira com órgãos e instituições públicas estão limitadas a 45% de seu patrimônio de referência.

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

O Conglomerado CAIXA, grupo de empresas formado pela instituição financeira CAIXA e suas participações diretas e indiretas, busca otimizar seu desempenho a partir da obtenção de ganhos originados pela integração junto às suas participações. Isso se baseia em oportunidades de negócio, na complementariedade dos produtos e serviços e na ampliação do suporte aos macroprocessos e estratégias da CAIXA, com o propósito de ampliar a capacidade negocial e operacional.

A Política do Conglomerado CAIXA estabelece orientações para a gestão, a realização de seus investimentos e contratações, abrangendo o relacionamento negocial e a governança entre a CAIXA e as empresas integrantes desse Conglomerado, buscando estabelecer parcerias estratégicas que viabilizem o acesso, em condições competitivas, aos mercados considerados estratégicos e a serviços que possibilitem atingir seus objetivos.

Composição da Carteira de Participações (em R\$ mil)	Dez17	Dez18	Δ %12M
CAIXA Seguros Holding	3.402.526	3.742.521	10,0
Too Seguros	368.764	319.773	-13,3
Banco PAN	759.948	937.258	23,3
TECBAN	112.049	112.934	0,8
Elo Serviços	44.692	100.782	125,5
Quod ¹	28.724	61.508	114,1
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	7.025	6.894	-1,9
FGHAB - Fundo Garantia de Operações	467.384	495.848	6,1
FGHAB - Fundo Garantidor Habitação Popular	265.210	265.210	-
Outros Investimentos	84.229	37.064	-56,0
Total	5.540.551	6.079.792	9,7

¹ A razão social da GIC - Gestora de Inteligência de Crédito foi alterada para Quod. Mais informações nas Notas Explicativas nº 11.

A CAIXA Seguros Holding, com valor de R\$ 3,7 bilhões, crescimento de 10,0% em 12 meses, representa 61,6% do total da carteira de investimentos.

LOTÉRIAS

As Loterias CAIXA arrecadaram R\$ 13,9 bilhões em 2018, mantendo o mesmo patamar alcançado em 2017. Dentre os valores arrecadados, cerca de R\$ 5,2 bilhões foram transferidos, no período, aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde, o que corresponde a 37,4% do total.

Destinação das Loterias (R\$ milhões)	4T17	3T18	4T18	Δ %12M	Δ %Trim.	2017	2018	Δ %12M
Destinação Social	1.449	1.294	1.477	2,0	14,1	5.160	5.198	0,7
Prêmios	1.327	1.236	1.380	4,0	11,7	4.884	4.895	0,2
Custeio e Manutenção	748	665	759	1,5	14,1	2.658	2.657	0,0
Tributos	379	284	353	-6,8	24,4	1.189	1.152	-3,2
Total Arrecadado	3.901	3.479	3.969	1,7	14,1	13.891	13.901	0,1

A Mega Sena foi o produto mais demandado pelos apostadores, correspondendo a 38,4% do total arrecadado pelas Loterias da CAIXA em 2018.

OUTRAS DISPOSIÇÕES USUAIS

Controles internos

A CAIXA possui política de *compliance*, que tem por objetivo estabelecer premissas e diretrizes para assegurar o cumprimento de normas externas e internas, bem como a gestão do risco de *compliance*, de modo a fortalecer sua governança corporativa e seu controle institucional.

A Política de *compliance* foi fundamentada no documento "*compliance and the compliance function in banks - Basel Committee on Banking Supervision*", bem como em leis e regulamentos federais, normas estas que ressaltam a importância da existência de uma política de *compliance*, entre as quais a Lei nº 13.303, a Resolução CGPAR nº 18, as Resoluções CMN nº 2.554, nº 4.553, nº 4.557 e nº 4.595.

A CAIXA possui também, política de controles internos do Conglomerado CAIXA, publicada em janeiro de 2018, que tem por objetivo promover a efetividade e o fortalecimento do sistema de controles internos ("SCII"), de modo a garantir, com razoável segurança, o alcance dos objetivos do Conglomerado CAIXA. Essa política está fundamentada no documento *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*, bem como nas Resoluções CMN nº 2.554 e nº 3.056.

Foi operacionalizado o programa de integridade, fundamentado na Lei 12.846/2013, no decreto 8.420/2015 e na política anticorrupção, por meio do qual a CAIXA assume o compromisso de prevenir, detectar e corrigir atos de corrupção praticados contra a Empresa e contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Gestão de risco e capital

Na CAIXA o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Empresa.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e as boas práticas de governança corporativa. Isso possibilita à alta administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A política de gerenciamento de riscos e a política de gerenciamento de capital e de distribuição de resultado são revisadas, no mínimo, anualmente, assim como os limites de exposição e os de capital, visando ao alinhamento à estratégia, aos fatores macroeconômicos, ao ambiente de negócios e a capacidade de assumir risco da CAIXA.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

O controle do risco da carteira de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros.

Com base no acompanhamento, observa-se que os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.

Adicionalmente, desde 2017 está estabelecido o comitê independente de riscos que se reporta ao Conselho de Administração e o assessora nas questões relacionadas a gestão de riscos e de capital.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no website: <http://www.CAIXA.gov.br>, menu relações com investidores, gerenciamento de riscos, relatórios, gerenciamento de riscos e capital CAIXA.

Sobre os fatos investigados nas operações "A Origem", "Cui Bono?", "Sepsis" e "Patmos", as diligências em curso, continuam contando com apoio irrestrito da CAIXA e com o acompanhamento do comitê independente. Ressalta-se que as três primeiras fases concluídas não identificaram qualquer evento capaz de gerar impacto material nas demonstrações contábeis da CAIXA. A Empresa continuará acompanhando e apoiando os processos de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais.

AGRADECIMENTOS

Os resultados alcançados no período refletem o trabalho de todos os nossos colaboradores, aos quais agradecemos o empenho e comprometimento. Agradecemos também aos nossos clientes e parceiros pela confiança e fidelidade com que nos impulsionam na contínua busca pelo aprimoramento tão essencial ao desenvolvimento da CAIXA e do Brasil.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))
CIRCULANTE	551.386.205	577.523.068	552.419.598	578.542.521
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	9.272.424	11.451.832	9.272.455	11.451.854
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	174.659.802	144.232.795	174.659.802	144.232.795
Aplicações no mercado aberto	164.876.464	130.911.089	164.876.464	130.911.089
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.783.495	13.322.183	9.783.495	13.322.183
Provisões para perdas	(157)	(477)	(157)	(477)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	111.082.578	122.016.771	111.814.359	123.013.495
Carteira própria - livre	27.070.063	33.815.580	27.801.844	34.812.304
Vinculados a compromissos de recompra	77.277.422	83.718.783	77.277.422	83.718.783
Instrumentos financeiros derivativos	609.587	35.581	609.587	35.581
Vinculados ao Banco Central	1.254.771	1.178.579	1.254.771	1.178.579
Vinculados a prestação de garantias	4.870.735	3.268.248	4.870.735	3.268.248
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	101.729.372	127.568.940	101.729.372	127.568.940
Pagamentos e recebimentos a liquidar	26.568	25.515	26.568	25.515
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	100.173.965	126.690.810	100.173.965	126.690.810
Correspondentes	1.528.839	852.615	1.528.839	852.615
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	62.961	28.068	62.961	28.068
Recursos em trânsito de terceiros	642	326	642	326
Transferências internas de recursos	62.319	27.742	62.319	27.742
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	118.803.716	129.931.721	118.803.716	129.931.721
Setor público	8.374.876	8.044.383	8.374.876	8.044.383
Setor privado	123.649.345	136.716.197	123.649.345	136.716.197
Operações de crédito vinculadas à cessão	1.543.036	1.752.600	1.543.036	1.752.600
Provisão para operações de crédito	(14.763.541)	(16.581.459)	(14.763.541)	(16.581.459)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	26.614.706	34.005.778	26.916.247	34.028.485
Créditos por avais e fianças honorados	27.329	31.336	27.329	31.336
Carteira de câmbio	2.381.808	3.549.748	2.381.808	3.549.748
Rendas a receber	2.242.495	2.275.189	2.488.743	2.294.687
Negociação e intermediação de valores	2.234	813	2.234	813
Créditos específicos	1.061.581	1.001.150	1.061.581	1.001.150
Diversos	21.432.773	27.724.085	21.488.066	27.727.294
Provisão para outros créditos	(533.514)	(576.543)	(533.514)	(576.543)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	9.160.646	8.287.163	9.160.686	8.287.163
Outros valores e bens	11.533.510	7.948.678	11.533.510	7.948.678
Provisões para perdas	(3.113.143)	(272.551)	(3.113.143)	(272.551)
Despesas antecipadas	740.279	611.036	740.319	611.036

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))
NÃO CIRCULANTE	713.263.370	683.886.939	711.635.530	682.156.264
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	700.198.945	670.455.883	700.198.945	670.455.883
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	87.984.906	65.121.666	87.984.906	65.121.666
Carteira própria - livre	47.682.792	35.972.597	47.682.792	35.972.597
Vinculados a compromissos de recompra	34.114.752	27.006.500	34.114.752	27.006.500
Instrumentos financeiros derivativos	621.871	961.631	621.871	961.631
Vinculados a prestação de garantias	5.565.491	1.180.938	5.565.491	1.180.938
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	28.394.694	27.919.116	28.394.694	27.919.116
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	28.394.694	27.919.116	28.394.694	27.919.116
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	528.757.168	528.303.295	528.757.168	528.303.295
Setor público	50.727.751	49.600.219	50.727.751	49.600.219
Setor privado	490.931.956	488.681.532	490.931.956	488.681.532
Operações de crédito vinculadas à cessão	8.778.625	10.355.526	8.778.625	10.355.526
Provisão para operações de crédito	(21.681.164)	(20.333.982)	(21.681.164)	(20.333.982)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	55.062.177	49.111.806	55.062.177	49.111.806
Diversos	55.074.115	49.122.461	55.074.115	49.122.461
Provisão para outros créditos	(11.938)	(10.655)	(

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

Descrição	Individual				Consolidado			
	2018		2017 (Nota 3 (n))		2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	55.502.630	111.363.781	62.409.214	133.362.447	55.835.651	111.717.435	62.434.470	133.400.619
Operações de crédito (Nota 8 (e))	39.509.558	78.950.486	42.824.834	88.516.444	39.509.558	78.950.486	42.824.834	88.516.444
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (b) e 6 (d))	13.786.948	25.871.161	16.235.634	36.804.108	14.119.969	26.024.815	16.260.890	36.942.280
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (f))	(1.453.505)	(1.280.828)	(1.082.928)	(2.757.954)	(1.453.505)	(1.280.828)	(1.082.928)	(2.757.954)
Resultado de câmbio (Nota 9 (d.1))	208.551	1.056.492	90.200	322.406	208.551	1.056.492	90.200	322.406
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	3.430.257	6.922.027	4.311.489	10.605.077	3.430.257	6.922.027	4.311.489	10.605.077
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.1))	20.821	44.443	29.985	72.366	20.821	44.443	29.985	72.366
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(37.686.357)	(75.749.778)	(46.051.337)	(102.384.590)	(37.653.614)	(75.680.983)	(45.920.559)	(102.191.304)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (b); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(20.288.620)	(41.989.041)	(28.071.124)	(64.818.861)	(20.255.986)	(41.920.355)	(27.940.821)	(64.626.050)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(9.112.373)	(17.925.771)	(8.439.658)	(17.130.279)	(9.112.264)	(17.925.662)	(8.439.183)	(17.129.804)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.2))	(436.685)	(908.856)	(530.952)	(1.178.874)	(436.685)	(908.856)	(530.952)	(1.178.874)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (f))	(7.848.679)	(14.926.110)	(9.009.603)	(19.256.576)	(7.848.679)	(14.926.110)	(9.009.603)	(19.256.576)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.816.273	35.614.003	16.357.877	30.977.857	18.182.037	36.036.452	16.513.911	31.209.315
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.034.066)	(20.643.272)	(5.990.009)	(16.692.257)	(10.387.168)	(19.110.712)	(5.993.720)	(16.666.165)
Receitas de prestação de serviços (Nota 21 (a))	10.417.674	20.069.978	9.634.827	19.111.423	10.447.698	20.100.002	9.634.827	19.111.423
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21 (b))	3.377.719	6.749.350	3.176.726	5.929.661	3.377.718	6.749.348	3.176.725	5.929.659
Despesas de pessoal (Nota 22)	(11.195.878)	(21.591.563)	(11.158.609)	(22.419.151)	(11.218.435)	(21.635.133)	(11.178.955)	(22.443.498)
Outras despesas administrativas (Nota 23)	(6.309.082)	(11.948.809)	(6.181.359)	(11.957.177)	(6.325.412)	(11.970.720)	(6.191.197)	(11.969.452)
Despesas tributárias (Nota 27)	(1.991.418)	(3.987.681)	(1.863.885)	(3.815.368)	(2.046.627)	(4.079.727)	(1.893.937)	(3.875.552)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	1.079.056	2.012.922	629.390	1.140.503	685.859	1.382.643	468.668	780.255
Outras receitas operacionais (Nota 24)	4.205.306	7.782.875	11.147.107	14.817.559	4.557.942	8.505.144	11.348.285	15.291.908
Outras despesas operacionais (Nota 25)	(10.617.443)	(19.730.344)	(11.374.206)	(19.499.707)	(9.865.911)	(18.162.269)	(11.358.136)	(19.490.908)
RESULTADO OPERACIONAL	6.782.207	14.970.731	10.367.868	14.285.600	7.794.869	16.925.740	10.520.191	14.543.150
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 26)	(2.614.553)	(3.361.586)	(389.513)	(596.668)	(2.614.553)	(3.361.586)	(389.513)	(596.668)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.167.654	11.609.145	9.978.355	13.688.932	5.180.316	13.564.154	10.130.678	13.946.482
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	(756.742)	(1.361.928)	(608.139)	170.778	(996.185)	(1.720.799)	(705.490)	(31.254)
Tributos correntes	(332.943)	(2.461.371)	738.069	(398.085)	(550.705)	(2.798.498)	640.683	(600.151)
Ativo fiscal diferido	(124.068)	603.021	(1.307.040)	877.485	(119.995)	607.031	(1.307.005)	877.519
Passivo fiscal diferido	(299.731)	496.422	(39.168)	(308.622)	(325.485)	470.668	(39.168)	(308.622)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(482.613)	(1.486.261)	(1.010.613)	(1.426.309)	(483.824)	(1.488.024)	(1.011.471)	(1.427.167)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.928.299	8.760.956	8.359.603	12.433.401	3.700.307	10.355.331	8.413.717	12.488.061

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Nota 3(n))	24.837.171	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)	(770.696)	26.409.248
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(2.387.223)		(2.387.223)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948		(1.401.264)	(3.391.684)			-
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		(6.143)					(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(16.014)	(16.014)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(20.607)				14.993	(5.614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						75	75
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						12.433.401	12.433.401
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			623.073			(623.073)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				562.905		(562.905)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8.455.902		(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(2.294.881)	(2.294.881)
Dividendos propostos						(523.752)	(523.752)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Nota 3(n))	29.630.119	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)	(798.754)	33.609.097
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					334.044		334.044
AUMENTO DE CAPITAL	562.905					(562.905)	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		10.082				(8.905)	10.082
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(8.905)	(8.905)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(24.533)				24.533	
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO		(1.532)					(1.532)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						(949)	(949)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))						55.556	55.556
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						8.760.956	8.760.956
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			438.048			(438.048)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				(5.604)		5.604	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				5.277.816		(5.277.816)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.740.942)	(1.740.942)
Dividendos propostos						(18.330)	(18.330)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.193.024	336.365	2.462.385	17.171.517	(9.164.214)	0	40.999.077

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Nota 3(n))	24.837.171	364.105	3.006.218	6.520.858	(8.439.954)	2.612.740	28.901.138
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(1.058.304)		(1.058.304)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948		(1.401.264)	(3.391.684)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		(6.143)					(6,143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(11.198)	(11,198)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(5,614)				14,993	(5,614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						75	75
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						8,359,603	8,359,603
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			419,383			(419,383)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				314,229		(314,229)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8,455,902		(8,455,902)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(2,294,881)	(2,294,881)
Dividendos propostos						(523,752)	(523,752)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Nota 3(n))	29.630.119	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)	(798.754)	33.609.097

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	29.630.119	345.933	2.315.970	12.157.130	(8.290.875)	3.222.873	39.381.150
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(873.339)		(873.339)
AUMENTO DE CAPITAL	562.905					(562.905)	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		4.802				(3,371)	4,802
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(12,838)	(12,838)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(12,838)					
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO		(1,532)					(1,532)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						(949)	(949)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						8,760,956	8,760,956
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			146,415			(146,415)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				(263,429)		263,429	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				5,277,816		(5,277,816)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(433,889)	(433,889)
Dividendos propostos						(3,043)	(3,043)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.193.024	336.365	2.462.385	17.171.517	(9.164.214)	0	40.999.077

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
				SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Nota 3(n))	24.837.171			
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(2.387.223)		(2.387.223)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948			(1.401.264)	(3.391.684)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			(6,143)					(6,143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(16,014)	(16,014)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(20,607)				14,993	(5,614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS							75	75
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		522,057					12,488,061	522,057
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							12,488,061	12,488,061

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL								CONSOLIDADO							
	2018				2017 (Nota 3(n))				2018				2017 (Nota 3(n))			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS																
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO																
Lucro Líquido	13.633.677		28.860.216		23.820.296		37.371.049		13.694.878		28.833.782		23.893.695		37.432.901	
Ajustes ao Lucro Líquido:																
(Ganho)/Perda em Investimentos	10.705.378		20.099.260		15.460.693		24.937.648		9.994.571		18.478.451		15.479.978		24.944.840	
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(872.806)		(1.440.760)		(282.667)		(2.482.572)		(872.806)		(1.440.760)		(282.667)		(2.482.572)	
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	672.895		1.632.025		187.400		712.078		264.608		898.958		100.114		413.718	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	358		444		1.133		1.123		358		444		1.133		1.123	
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	86.500		192.994		143.080		202.850		86.500		192.994		143.079		202.849	
Depreciações e Amortizações	7.848.679		14.926.110		9.009.603		19.256.576		7.848.679		14.926.110		9.009.603		19.256.576	
Impostos Diferidos	864.800		1.898.718		1.276.708		2.393.729		864.800		1.898.718		1.276.708		2.393.729	
Despesas com provisões para causas judiciais	912.036		1.802.776		948.018		1.857.032		912.036		1.802.776		948.018		1.857.032	
Resultado de Participação em Coligadas	369.190		(1.154.052)		1.346.208		(568.863)		445.480		(1.077.699)		1.346.173		(568.897)	
Despesas com dívidas subordinadas e Instrumentos Híbridos	525.683		1.290.614		891.219		1.366.916		525.683		1.290.614		891.219		1.366.916	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.079.056)		(2.012.922)		(629.390)		(1.140.503)		(685.859)		(1.382.643)		(468.668)		(780.255)	
	1.377.099		2.963.313		2.569.381		3.339.282		605.092		1.368.939		2.515.266		3.284.621	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(8.649.452)		23.087.590		(16.665.743)		(35.857.327)		(9.245.841)		22.384.814		(16.881.259)		(36.006.344)	
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.136.217		(8.952.897)		1.599.444		3.679.920		3.136.217		(8.952.897)		1.599.444		3.679.920	
(Aumento) Redução em TVM para negociação	5.082.455		18.639.054		8.778.696		1.753.151		4.618.127		18.174.726		8.513.364		1.487.819	
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	2.581.108		26.516.845		1.059.540		(7.032.034)		2.581.108		26.516.845		1.059.540		(7.032.034)	
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	6.998.648		7.179.980		384.391		(297.481)		6.998.648		7.179.980		384.391		(297.481)	
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	610.415		(7.262)		732.883		120.492		610.415		(7.262)		732.883		120.492	
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(5.482.372)		(4.035.336)		1.117.940		(15.998.724)		(5.482.372)		(4.035.336)		1.117.940		(15.998.724)	
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.373.552)		2.378.111		(2.254.957)		(3.747.401)		(1.681.124)		2.022.924		(2.200.988)		(3.640.281)	
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(99.311)		(1.066.477)		(1.875.964)		(3.306.794)		(99.230)		(1.066.517)		(1.875.963)		(3.306.793)	
(Redução) Aumento em Depósitos e Bens	10.011.480		14.408.002		(21.814.276)		(5.978.356)		10.215.760		14.512.618		(21.806.718)		(5.964.948)	
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	7.951.079		9.549.531		2.511.539		(10.882.347)		7.951.079		9.685.667		2.499.822		(10.900.731)	
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(34.367.673)		(57.693.844)		(17.108.962)		(25.884.244)		(34.367.673)		(57.693.844)		(17.108.962)		(25.884.244)	
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(122.859)		(249.929)		(375.203)		(441.600)		(122.859)		(249.929)		(375.203)		(441.600)	
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.517.685		28.826.092		14.766.824		27.311.256		12.517.685		28.826.092		14.766.824		27.311.256	
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(17.350.077)		(15.388.375)		(4.727.733)		3.701.598		(17.378.927)		(15.512.348)		(4.727.728)		3.715.768	
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.257.305		2.984.095		540.095		1.145.237		1.257.305		2.984.095		540.095		1.145.237	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.984.225		51.947.806		7.154.553		1.513.722		4.449.037		51.218.596		7.012.436		1.426.557	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS																
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(27.580.987)		(28.585.967)		(11.217.321)		(16.673.381)		(27.068.761)		(27.856.697)		(11.075.181)		(16.586.194)	
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	2.280.884		(207.329)		(869.328)		8.402.672		2.280.884		(207.329)		(869.328)		8.402.672	
Alienação de Imobilizado de Uso	39.351		64.365		56.882		60.435		39.351		64.365		56.882		60.435	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(501.106)		(832.417)		(517.212)		(661.553)		(501.157)		(832.468)		(517.212)		(661.553)	
Alienação de Intangível	65.334		67.124		183.107		479.758		65.334		67.124		183.106		479.757	
Aquisição de Intangível	(171.258)		(299.208)		(843.695)		(1.061.957)		(171.258)		(299.208)		(843.695)		(1.061.957)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(25.867.782)		(29.793.432)		(13.207.567)		(9.454.026)		(25.355.607)		(29.064.213)		(13.065.428)		(9.366.840)	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS																
Dividendos/Juros antecipadamente					(73.130)		(73.130)						(73.130)		(73.130)	
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos			(2.804.317)								(2.804.317)					
Remuneração IHCD pago			(55.355)				(460.780)				(55.355)				(460.780)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			(2.859.672)		(73.130)		(533.910)				(2.859.672)		(73.130)		(533.910)	
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(20.883.557)		19.294.702		(6.126.144)		(8.474.214)		(20.906.570)		19.294.711		(6.126.122)		(8.474.193)	
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA																
Caixa e Equivalentes no início do período	182.541.179		142.362.920		148.489.064		150.837.134		182.564.223		142.362.942		148.489.064		150.837.135	
Caixa e Equivalentes no fim do período	161.657.622		161.657.622		142.362.920		142.362.920		161.657.653		142.362.942		161.657.653		142.362.942	
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(20.883.557)		19.294.702		(6.126.144)		(8.474.214)		(20.906.570)		19.294.711		(6.126.122)		(8.474.193)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL								CONSOLIDADO							
	2018				2017 (Nota 3(n))				2018				2017 (Nota 3(n))			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
1. RECEITAS	63.040.097		127.678.288		76.968.758		153.367.846		63.755.777		128.784.233		77.195.191		153.880.365	
Intermediação financeira	55.502.630		111.363.781		62.409.214		133.362.447		55.835.651		111.717.435		62.434.470		133.400.619	
Prestação de serviços com tarifas	13.795.393		26.819.328		12.811.553		25.041.084		13.825.416		26.849.350		12.811.552		25.041.082	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(7.848.679)		(14.926.110)		(9.009.603)		(19.256.576)		(7.848.679)		(14.926.110)		(9.009.603)		(19.256.576)	
Outras	1.590.753		4.421.289		10.757.594		14.220.891		1.543.558		4.143.550		10.958.772		14.695.240	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.837.678		60.823.668		37.041.734		83.128.014		29.804.935		60.754.873		36.910.956		82.934.728	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	15.275.062		28.394.727		15.855.778		28.179.652		14.539.812		26.847.910		15.849.546		28.083.128	
Materiais, energia e outros	1.318.429		2.588.064		1.305.681		2.529.488		1.321.111		2.591.679		1.306.691		2.531.490	
Processamento de dados e comunicações	1.161.607		2.135.371		1.043.480		2.057.550		1.161.607		2.135.371		1.043.480		2.057.550	
Propaganda, publicidade e promoções	468.987		662.523		442.088		668.412		468.987		662.523		442.088		668.412	
Serviços de terceiros e especializados	1.258.698		2.389.666		1.227.650		2.421.655		1.272.251		2.407.242		1.236.451		2.431.876	
Serviços de vigilância e segurança	449.898		888.759		462.673		902.840		449.945		888.826		462.700		902.892	
Outras	10.617.443		19.730.344		11.374.206		19.499.707		9.865.911		18.162.269		11.358.136		19.490.908	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	809.553		1.447.751		1.149.436		2.248.077		809.553		1.447.751		1.149.436		2.248.077	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.751.405		3.217.137		1.339.332		2.561.296		1.751.405		3.217.137		1.339.332		2.561.296	
- Descontos de operações de crédito	282.652		704.838		281.497		596.756		282.652		704.838		281.497		596.756	
- Despesas com cartão de crédito/débito	536.967		1.030.344		491.157		922.094		536.967		1.030.344		491.157		922.094	
- Benefício pós-emprego	864.800		1.898.718		1.276.709		2.393.730		864.800		1.898.718		1.276.709		2.393.730	
- Provisões operacionais diversas	3.066.908		4.733.596		2.208.626		4.560.807		3.066.908		4.733.596		2.208.626		4.560.267	
- Demais	3.305.158		6.697.960		4.627.449		6.216.947		3.253.626		5.129.885		4.611.379		6.208.688	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	17.927.357		38.459.893		24.071.246		42.160.180		19.411.030		41.181.450		24.334.689		42.862.509	
5. RETENÇÕES	912.036		1.802.776		948.018		1.857.032		912.038		1.802.778		948.018		1.857.032	

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados em sua moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez. Possuem prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado. São ajustados a valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos para negociação são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de hedge (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como Hedge de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6.

(g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008 as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo "Operações de crédito". Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em "Outros créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/2018, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(k) Passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes, e aquelas classificadas como perdas remotas não requerem provisão e tampouco divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 28.

(l) Provisão para garantias financeiras prestadas

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(m) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.424/2015. As avaliações atuariais são semestrais.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constituiu provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 29.

(n) Reapresentação de saldos comparativos

As posições comparativas das Demonstrações Contábeis estão sendo reapresentadas com os ajustes dos valores apurados.

(n.1) FGTS

A CAIXA exerce a função de agente operador dos recursos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, assegurando uma garantia mínima de remuneração ao Fundo pela administração dos recursos. Em dezembro de 2018 a CAIXA realizou a revisão dos procedimentos contábeis acerca da mensuração e reconhecimento da rentabilidade mínima exigida, visando manter a eficácia de proteção das carteiras e assegurar o retorno requerido pelo Fundo.

Essa revisão culminou na alteração de procedimentos contábeis referentes à rentabilidade mínima classificando-a como "Instrumento Financeiro Derivativo", pois na essência, a cláusula de remuneração mínima vincula tais partes por direitos e obrigações mútuas, nas quais estão presentes as características essenciais para a qualificação como um derivativo.

Por conseguinte, o referencial normativo quanto aos procedimentos contábeis foi alterado da Resolução CMN nº 4.512/16 para a Circular BACEN nº 3.082/02 que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos.

(n.2) Intangível de Software

As posições patrimoniais de abertura do Balanço Patrimonial relativas a 31/12/2017 estão sendo reapresentadas nas Demonstrações Contábeis divulgadas a partir de 31/12/2018 em virtude de ajustes na baixa e amortização de intangível de software em atendimento aos requisitos do pronunciamento contábil "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

(n.3) Detalhamento dos ajustes de reapresentação nas demonstrações contábeis

Conforme estabeleceu o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as retificações mencionadas nos itens acima foram aplicadas de forma retrospectiva, produzindo efeitos nas Demonstrações Contábeis comparativas, conforme apresentado a seguir:

Demonstração do Resultado

Os resultados comparativos (individual e consolidado) relativos ao 2º semestre de 2016 e exercício de 2016, bem como os relativos ao 2º Semestre de 2017 e ao Exercício 2017 estão sendo reapresentadas em função das retificações descritas nos itens (n.1) e (n.2), conforme demonstrado a seguir:

2º semestre de 2016						
RESULTADO	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	76.958.680	76.971.826	(729.964)	(729.964)	76.228.716	76.241.862
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.129.903)	(1.129.903)	(729.964)	(729.964)	(1.859.867)	(1.859.867)
Resultado bruto da intermediação financeira	13.059.384	13.138.545	(729.964)	(729.964)	12.329.420	12.408.581
Outras receitas/despesas operacionais	(9.870.265)	(9.878.934)	(69.826)	(69.826)	(9.940.091)	(9.948.760)
Outras despesas administrativas	(6.332.480)	(6.334.967)	(69.826)	(69.826)	(6.402.306)	(6.404.793)
Resultado operacional	3.189.119	3.259.611	(799.790)	(799.790)	2.389.329	2.459.821
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.030.496	3.100.988	(799.790)	(799.790)	2.230.706	2.301.198
Imposto de renda e contribuição social	(535.277)	(625.959)	17.411	17.411	(517.866)	(608.548)
Tributos correntes	(523.654)	(614.319)	14.475	14.475	(509.179)	(599.844)
Ativo fiscal diferido	460.859	480.842	2.936	2.936	483.795	483.778
Lucro líquido do período	1.710.519	1.689.148	(782.379)	(782.379)	928.140	906.769

Exercício 2016						
RESULTADO	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	149.675.170	149.697.220	(729.964)	(729.964)	148.945.206	148.967.256
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(8.892.854)	(8.892.854)	(729.964)	(729.964)	(9.622.818)	(9.622.818)
Resultado bruto da intermediação financeira	19.554.613	24.101.170	(729.964)	(729.964)	18.824.649	23.371.206
Outras receitas/despesas operacionais	(16.120.994)	(20.066.458)	(69.826)	(69.826)	(16.190.820)	(20.136.284)
Outras despesas administrativas	(12.192.839)	(12.199.538)	(69.826)	(69.826)	(12.262.665)	(12.269.364)
Resultado operacional	3.433.619	4.034.712	(799.790)	(799.790)	2.633.829	3.234.922
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.160.848	3.761.941	(799.790)	(799.790)	2.361.058	2.962.151
Imposto de renda e contribuição social	1.715.066	1.549.447	17.411	17.411	1.732.477	1.566.858
Tributos correntes	(574.431)	(740.053)	14.475	14.475	(559.956)	(725.578)
Ativo fiscal diferido	1.519.912	1.519.915	2.936	2.936	1.522.848	1.522.851
Lucro líquido do período	3.702.365	4.136.658	(782.379)	(782.379)	2.919.986	3.354.279

2º semestre de 2017						
RESULTADO	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Outras receitas/despesas operacionais	(5.939.378)	(5.943.089)	(50.631)	(50.631)	(5.990.009)	(5.993.720)
Outras despesas administrativas	(6.130.728)	(6.140.566)	(50.631)	(50.631)	(6.181.359)	(6.191.197)
Resultado operacional	10.418.499	10.570.822	(50.631)	(50.631)	10.367.868	10.520.191
Resultado antes da tributação sobre o lucro	10.028.986	10.181.309	(50.631)	(50.631)	9.978.355	10.130.678
Imposto de renda e contribuição social	(630.710)	(728.061)	22.571	22.571	(608.139)	(705.490)
Tributos correntes	719.295	621.909	18.774	18.774	738.069	640.683
Ativo fiscal diferido	(1.310.837)	(1,310,802)	3,797	3,797	(1,307,040)	(1,307,005)
Lucro líquido do período	8.387.663	8.441.777	(28.060)	(28.060)	8.359.603	8.413.717

Exercício 2017						
RESULTADO	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Outras receitas/despesas operacionais	(16.641.626)	(16.615.534)	(50.631)	(50.631)	(16.692.257)	(16.666.165)
Outras despesas administrativas	(11.906.546)	(11.918.821)	(50.631)	(50.631)	(11.957.177)	(11.969.452)
Resultado operacional	14.336.231	14.593.781	(50.631)	(50.631)	14.285.600	14.543.150
Resultado antes da tributação sobre o lucro	13.739.563	13.997.113	(50.631)	(50.631)	13.688.932	13.946.482
Imposto de renda e contribuição social	148.207	(53.825)	22.571	22.571	170.778	(31.254)
Tributos correntes	(416.859)	(618.925)	18.774	18.774	(398.085)	(600.151)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

As posições patrimoniais da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2016 (Patrimônio Líquido Individual R\$ 27.179.944 e Patrimônio Líquido Consolidado R\$ 63.633.589) estão sendo reapresentadas nas Demonstrações Contábeis (Patrimônio Líquido Individual Ajustado R\$ 26.409.248 e Patrimônio Líquido Consolidado Ajustado R\$ 62.862.893).

O montante de R\$ 770 milhões de ajuste nas demonstrações individual e consolidada se refere ao reconhecimento em LPA de derivativo relativo aos FGTS (n.1) e aos ajustes na baixa e amortização de intangível de software (n.2).

As posições patrimoniais da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2017 (Patrimônio Líquido Individual R\$ 34.407.851 e Patrimônio Líquido Consolidado R\$ 71.383.553) estão sendo reapresentadas nas demonstrações contábeis (Patrimônio Líquido Individual Ajustado R\$ 33.609.097 e Patrimônio Líquido Consolidado Ajustado R\$ 70.584.799).

A variação em 31/12/2017 contempla, além dos ajustes apresentados da DMPL relativos a 31/12/2016, a variação de 28 milhões nas demonstrações individual e consolidada referente aos ajustes na baixa e amortização de intangível de software (n.2).

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Descrição	2º semestre de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro Líquido AJUSTADO	13.181.462	13.255.658	(715.489)	(715.489)	12.465.973	12.540.169
Lucro Líquido	1.710.519	1.689.148	(782.379)	(782.379)	928.140	906.769
Ajustes ao Lucro Líquido:	11.470.943	11.566.510	66.890	66.890	11.537.833	11.633.400
Depreciações e Amortizações	917.951	917.951	69.826	69.826	987.777	987.777
Impostos Diferidos	11.623	11.640	(2.936)	(2.936)	8.687	8.704
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(2.283.364)	(2.500.989)	715.489	715.489	(1.567.875)	(1.785.500)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.895.056)	(1.965.031)	(14.475)	(14.475)	(1.909.531)	(1.979.506)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	180.573	180.573	729.964	729.964	910.537	910.537
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.898.098	10.754.669	-	-	10.898.098	10.754.669

Descrição	Exercício de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro Líquido AJUSTADO	28.278.649	29.100.272	(715.489)	(715.489)	27.563.160	28.384.783
Lucro Líquido	3.702.365	4.136.658	(782.379)	(782.379)	2.919.986	3.354.279
Ajustes ao Lucro Líquido:	24.576.284	24.963.614	66.890	66.890	24.643.174	25.030.504
Depreciações e Amortizações	1.800.932	1.800.932	69.826	69.826	1.870.758	1.870.758
Impostos Diferidos	(2.289.497)	(2.289.500)	(2.936)	(2.936)	(2.292.433)	(2.292.436)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(31.921.727)	(33.041.141)	715.489	715.489	(31.205.238)	(32.325.652)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.851.894)	(2.359.018)	(14.475)	(14.475)	(1.866.369)	(2.373.493)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	915.029	915.029	729.964	729.964	1.644.993	1.644.993
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.643.078)	(3.940.869)	-	-	(3.643.078)	(3.940.869)

Descrição	2º semestre de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro Líquido AJUSTADO	23.788.932	23.863.328	18.774	18.774	23.807.706	23.882.102
Lucro Líquido	8.387.663	8.441.777	(28.060)	(28.060)	8.359.603	8.413.717
Ajustes ao Lucro Líquido:	15.401.269	15.421.551	46.834	46.834	15.448.103	15.468.385
Depreciações e Amortizações	697.387	697.387	50.631	50.631	948.018	948.018
Impostos Diferidos	1.350.005	1.349.970	(3.797)	(3.797)	1.346.208	1.346.173
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(16.537.756)	(16.488.937)	(18.774)	(18.774)	(16.556.530)	(16.507.711)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(2.236.183)	(2.182.213)	(18.774)	(18.774)	(2.254.957)	(2.200.987)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.265.865	7.389.080	-	-	7.265.865	7.389.080

Descrição	Exercício de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro Líquido AJUSTADO	37.354.374	37.416.227	18.774	18.774	37.373.148	37.435.001
Lucro Líquido	12.461.461	12.516.121	(28.060)	(28.060)	12.433.401	12.488.061
Ajustes ao Lucro Líquido:	24.892.913	24.900.106	46.834	46.834	24.939.747	24.946.940
Depreciações e Amortizações	1.806.401	1.806.401	50.631	50.631	1.857.032	1.857.032
Impostos Diferidos	(565.066)	(565.100)	(3.797)	(3.797)	(568.863)	(568.897)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(35.729.340)	(36.135.083)	(18.774)	(18.774)	(35.748.114)	(36.153.857)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(3.728.627)	(3.621.506)	(18.774)	(18.774)	(3.747.401)	(3.640.280)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.625.034	1.281.144	-	-	1.625.034	1.281.144

Demonstração de Valor Adicionado

As Demonstrações de Valor Adicionado – DVA comparativas (individuais e consolidadas) relativas ao 2º Semestre de 2016 e 2017 e aos Exercícios de 2016 e 2017 estão sendo reapresentadas em função das retificações descritas nos itens (n.1) e (n.2), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º semestre de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	82.534.126	82.771.093	(729.964)	(729.964)	81.804.162	82.041.129
2. Despesas da intermediação financeira	53.857.287	53.791.272	-	-	53.857.287	53.791.272
3. Insumos adquiridos de terceiros	11.428.727	11.484.651	-	-	11.428.727	11.484.651
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	17.248.112	17.495.170	(729.964)	(729.964)	16.518.148	16.765.206
5. Retenções	917.951	917.951	69.826	69.826	987.777	987.777
6. Valor adicionado líquido (4-5)	16.330.161	16.577.219	(799.790)	(799.790)	15.530.371	15.777.429
7. Valor adicionado recebido em transferência	315.594	168.320	-	-	315.594	168.320
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	16.645.755	16.745.539	(799.790)	(799.790)	15.845.965	15.945.749
9. Distribuição do valor adicionado	16.645.755	16.745.539	(799.790)	(799.790)	15.845.965	15.945.749
Impostos, taxas e contribuições	3.823.547	3.948.955	(17.411)	(17.411)	3.815.136	3.931.544
Lucros retidos	1.710.519	1.710.519	(782.379)	(782.379)	928.140	928.140

Descrição	Exercício de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	163.437.374	159.020.258	(729.964)	(729.964)	162.707.410	158.290.294
2. Despesas da intermediação financeira	109.014.294	104.261.397	-	-	109.014.294	104.261.397
3. Insumos adquiridos de terceiros	23.948.384	23.331.937	-	-	23.948.384	23.331.937
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	30.474.696	31.426.924	(729.964)	(729.964)	29.744.732	30.696.960
5. Retenções	1.800.931	1.800.931	69.826	69.826	1.870.757	1.870.757
6. Valor adicionado líquido (4-5)	28.673.765	29.625.993	(799.790)	(799.790)	27.873.975	28.826.203
7. Valor adicionado recebido em transferência	740.517	443.605	-	-	740.517	443.605
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	29.414.282	30.069.598	(799.790)	(799.790)	28.614.492	29.269.808
9. Distribuição do valor adicionado	29.414.282	30.069.598	(799.790)	(799.790)	28.614.492	29.269.808
Impostos, taxas e contribuições	4.752.118	4.965.475	(17.411)	(17.411)	4.734.707	4.948.064
Lucros retidos	2.528.615	2.528.615	(782.379)	(782.379)	1.746.236	1.746.236

Descrição	2º semestre de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	76.968.758	77.195.191	-	-	76.968.758	77.195.191
2. Despesas da intermediação financeira	37.041.734	36.910.956	-	-	37.041.734	36.910.956
3. Insumos adquiridos de terceiros	15.855.778	15.849.546	-	-	15.855.778	15.849.546
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	24.071.246	24.434.689	-	-	24.071.246	24.434.689
5. Retenções	897.387	897.387	50.631	50.631	948.018	948.018
6. Valor adicionado líquido (4-5)	23.173.859	23.537.302	(50.631)	(50.631)	23.123.228	23.486.671
7. Valor adicionado recebido em transferência	629.390	468.668	-	-	629.390	468.668
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	23.803.249	24.005.970	(50.631)	(50.631)	23.752.618	23.955.339
9. Distribuição do valor adicionado	23.803.249	24.005.970	(50.631)	(50.631)	23.752.618	23.955.339
Impostos, taxas e contribuições	3.894.971	4.025.485	(22.571)	(22.571)	3.872.400	4.002.914
Lucros retidos	7.111.651	7.111.650	(28.060)	(28.060)	7.083.591	7.083.590

Descrição	Exercício de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	153.367.846	153.880.365	-	-	153.367.846	153.880.365
2. Despesas da intermediação financeira	83.128.014	82.934.728	-	-	83.128.014	82.934.728
3. Insumos adquiridos de terceiros	28.079.652	28.083.128	-	-	28.079.652	28.083.128
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	42.160.180	42.862.509	-	-	42.160.180	42.862.509
5. Retenções	1.806.401	1.806.401	50.631	50.631	1.857.032	1.857.032
6. Valor adicionado líquido (4-5)	40.353.779	41.056.108	(50.631)	(50.631)	40.303.148	41.005.477
7. Valor adicionado recebido em transferência	1.140.503	780.255	-	-	1.140.503	780.255
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	41.494.282	41.836.363	(50.631)	(50.631)	41.443.651	41.785.732
9. Distribuição do valor adicionado	41.494.282	41.836.363	(50.631)	(50.631)	41.443.651	41.785.732
Impostos, taxas e contribuições	6.475.534	6.740.861	(22.571)	(22.571)	6.452.963	6.718.290
Lucros retidos	10.166.580	10.166.579	(28.060)	(28.060)	10.138.520	10.138.519

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Os itens de Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade

Posição em 31/12/2018	Descrição	INDIVIDUAL									
		Valor ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos		182.424.784	1.214.858	95.626	183.735.268	187.969.403	-	3.722.771	5.088.931	13.911.685	161.011.935
Letras Financeiras do Tesouro		81.065.080	26.155	23.851	81.115.086	81.119.651	-	48.622	-	-	81.066.464
Letras do Tesouro Nacional</											

CONSOLIDADO										
Posição em 31/12/2018	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	182.424.784	1.214.858	95.626	183.735.268	187.969.403	-	3.722.717	5.088.931	13.911.685	161.011.935
Letras Financeiras do Tesouro	81.065.080	26.155	23.851	81.115.086	81.115.086	-	48.622	-	-	81.066.464
Letras do Tesouro Nacional	72.547.689	1.188.603	63.462	73.799.754	73.804.771	-	3.674.095	5.088.931	13.911.685	51.125.043
Notas do Tesouro Nacional	28.434.758	100	40.926	28.475.784	32.700.337	-	-	-	-	28.475.784
Tesouro Nacional/Securitização	377.257	-	(32.613)	344.644	344.644	-	-	-	-	344.644
Títulos – empresas	14.129.964	(8.344)	710.919	14.832.539	14.434.949	8.371.598	3.124	-	-	6.457.817
Debêntures	3.344.891	2.044	(428.877)	2.918.058	2.068.436	-	-	-	-	2.918.058
Cotas de Fundos	810.918	-	1.701	812.619	812.619	812.619	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.384.112	-	158.771	3.542.883	3.994.915	-	3.124	-	-	3.539.759
Ações	6.590.043	(10.388)	979.324	7.558.979	7.558.979	7.558.979	-	-	-	-
Total – TVM	196.554.748	1.206.514	806.545	198.567.807	202.404.352	8.371.598	3.725.841	5.088.931	13.911.685	167.469.752
Para negociação	91.048.033	1.206.514	-	92.254.547	92.254.547	820.562	3.674.569	-	7.652.699	80.106.717
Disponíveis para venda	64.210.464	-	806.545	65.017.009	65.017.009	7.551.036	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930
Mantidos até o vencimento	41.296.251	-	-	41.296.251	45.132.796	-	3.124	4.104.022	-	37.189.105
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.232.039	(581)	-	1.231.458	1.231.458	-	2.794	548.012	58.781	621.871
Total – TVM e Derivativos	197.786.787	1.205.933	806.545	199.799.265	203.635.810	8.371.598	3.728.635	5.636.943	13.970.466	168.091.623

(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo, onde está classificada a maior parte dos Títulos do Governo Brasileiro, as ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Os ativos com baixa ou nenhuma liquidez são classificados como nível 2 da hierarquia de valor justo visto que o cálculo do preço de mercado é feito com base na metodologia de fluxo de caixa descontado por uma taxa livre de risco observada no mercado.

Para cotas de fundos de investimento são utilizados os valores da cota calculados pelo administrador do fundo como sendo o valor justo.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Os papéis que compõem a carteira de TVM – Título para negociação não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o resultado da instituição.

INDIVIDUAL											
Descrição	31/12/2018					31/12/2017					
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	3.674.569	-	7.652.699	79.800.975	89.913.385	1.214.858	91.128.243	106.098.596	2.384.756	108.483.352
Letras Financeiras do Tesouro	-	474	-	-	30.113.376	30.087.695	26.155	30.113.850	24.818.073	39.203	24.857.276
Letras do Tesouro Nacional	-	3.674.095	-	7.652.699	49.676.607	59.814.798	1.188.603	61.003.401	78.394.500	2.316.936	80.711.436
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	10.992	10.892	100	10.992	2.886.023	28.617	29.14.640
Títulos – empresas	90.902	-	-	-	305.742	404.988	(8.344)	396.644	494.656	(20.581)	474.075
Debêntures	-	-	-	-	305.742	303.698	2.044	305.742	385.318	(22.687)	362.631
Cotas de Fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	125	6	131
Ações	90.902	-	-	-	-	101.290	(10.388)	90.902	109.213	2.100	111.313
Total	90.902	3.674.569	-	7.652.699	80.106.717	90.318.373	1.206.514	91.524.887	106.593.252	2.364.175	108.957.427

CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2018					31/12/2017					
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	3.674.569	-	7.652.699	79.800.975	89.913.385	1.214.858	91.128.243	106.098.596	2.384.756	108.483.352
Letras Financeiras do Tesouro	-	474	-	-	30.113.376	30.087.695	26.155	30.113.850	24.818.073	39.203	24.857.276
Letras do Tesouro Nacional	-	3.674.095	-	7.652.699	49.676.607	59.814.798	1.188.603	61.003.401	78.394.500	2.316.936	80.711.436
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	10.992	10.892	100	10.992	2.886.023	28.617	29.14.640
Títulos – empresas	820.562	-	-	-	305.742	1.134.648	(8.344)	1.126.304	759.988	(20.581)	739.407
Debêntures	-	-	-	-	305.742	303.698	2.044	305.742	385.318	(22.687)	362.631
Cotas de Fundos	729.660	-	-	-	-	729.660	-	729.660	265.332	-	265.332
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	125	6	131
Ações	90.902	-	-	-	-	101.290	(10.388)	90.902	109.213	2.100	111.313
Total	820.562	3.674.569	-	7.652.699	80.106.717	91.048.033	1.206.514	92.254.547	106.858.584	2.364.175	109.222.759

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

As ações classificadas na Categoria II são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 inclui uma perda no valor recuperável destes títulos de R\$ 308.106.

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Disponíveis para venda não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o patrimônio líquido da instituição.

INDIVIDUAL											
Descrição	31/12/2018					31/12/2017					
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	48.148	984.909	6.258.986	47.066.641	54.263.058	95.626	54.358.684	24.705.498	268.029	24.973.527
Letras Financeiras do Tesouro	-	48.148	-	-	44.142.019	44.166.316	23.851	44.190.167	8.558.151	22.810	8.580.961
Letras do Tesouro Nacional	-	-	984.909	6.258.986	1.448.436	8.628.869	63.462	8.692.331	11.699.517	221.062	11.920.579
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.131.542	1.090.616	40.926	1.131.542	4.133.402	53.662	4.187.064
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	344.644	377.257	(32.613)	344.644	314.428	(29.505)	284.923
Títulos – empresas	7.548.915	-	-	-	3.107.289	9.945.285	710.919	10.656.204	13.099.017	(1.977.668)	11.121.349
Debêntures	-	-	-	-	1.679.017	2.107.894	(428.877)	1.679.017	4.698.936	(616.760)	4.082.176
Cotas de Fundos	80.838	-	-	-	79.137	81.258	1.701	80.838	82.552	-	82.552
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.428.272	1.269.501	158.771	1.428.272	1.297.227	73.577	1.370.804
Ações	7.468.077	-	-	-	-	6.488.753	979.324	7.468.077	7.020.302	(1.434.485)	5.585.817
Total	7.548.915	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930	64.210.343	806.545	65.014.888	37.804.515	(1.709.639)	36.094.876

CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2018					31/12/2017					
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	48.148	984.909	6.258.986	47.066.641	54.263.058	95.626	54.358.684	24.705.498	268.029	24.973.527
Letras Financeiras do Tesouro	-	48.148	-	-	44.142.019	44.166.316	23.851	44.190.167	8.558.151	22.810	8.580.961
Letras do Tesouro Nacional	-	-	984.909	6.258.986	1.448.436	8.628.869	63.462	8.692.331	11.699.517	221.062	11.920.579
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.131.542	1.090.616	40.926	1.131.542	4.133.402	53.662	4.187.064
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	344.644	377.257	(32.613)	344.644	314.428	(29.505)	284.923
Títulos – empresas	7.551.036	-	-	-	3.107.289	9.947.406	710.919	10.658.325	13.167.033	(1.314.292)	11.852.741
Debêntures	-	-	-	-	1.679.017	2.107.894	(428.877)	1.679.017	4.698.936	(616.760)	4.082.176
Cotas de Fundos	82.959	-	-	-	-	81.258	1.701	82.959	84.743	-	84.743
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.428.272	1.269.501	158.771	1.428.272	1.297.227	73.577	1.370.804
Ações	7.468.077	-	-	-	-	6.488.753	979.324	7.468.077	7.088.127	(771.109)	6.315.018
Total	7.551.036	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930	64.210.343	806.545	65.017.009	37.872.531	(1.046.263)	36.826.268

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

As debêntures classificadas na Categoria III são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 inclui uma perda no valor recuperável destes títulos de R\$ 1.411.441.

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Mantidos até o vencimento não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido.

Os ativos que estiverem nesta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA apenas com o seu valor contábil atualizado.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2018					31/12/2017					
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	
Títulos públicos	-	4.104.022	-	34.144.319	38.249.341	42.482.476	38.821.951	41.444.149	-	-	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	6.811.069	6.811.069	6.815.634	6.397.621	6.404.650	-	-	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	4.104.022								

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	Valor Referencial					
	31/12/2018					31/12/2017
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contratos de futuros						
Compromissos de compra	4.887.094	3.997.238	5.321.303	4.861.388	19.067.023	-
Mercado interfinanceiro	4.887.094	3.997.238	5.321.303	4.861.388	19.067.023	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Compromissos de venda	287.433	18.706	3.866.593	47.740.030	51.912.762	83.110.386
Mercado interfinanceiro	13.993	18.706	3.866.593	47.740.030	51.639.322	84.400.204
Moeda estrangeira	273.440	-	-	-	273.440	(1.289.818)
Contratos de Swaps						
	56.574	2.883.901	1.217.412	1.594.328	5.752.215	6.732.293
Índices	5.800	-	4.350	814.010	824.160	845.660
Moeda estrangeira	50.774	2.883.901	1.213.062	780.318	4.928.055	5.886.633

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	31/12/2018							
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido) A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial (Nota 3 (n))
Posição Ativa								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	1.232.039	(581)	2.794	548.012	58.781	621.871	1.231.458	997.212
Índices/B3	85.795	112.573	802	-	414	197.152	198.368	183.497
Moeda estrangeira/Inst. financeiras	1.146.244	(113.154)	1.992	548.012	58.367	424.719	1.033.090	813.715
Posição Passiva								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	1.076.127	35.119	5.099	264.941	111.242	729.964	1.111.246	1.361.175
Moeda estrangeira/Inst. financeiras	346.163	35.119	5.099	264.941	111.242	-	381.282	631.211
Derivativo FGTS (1)	729.964	-	-	-	-	729.964	729.964	729.964

(1) Valor reapresentado em 2017 de acordo com a Nota explicativa 3 (n).

(l) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018			
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	192.751	361.893	674.956	426.848
Futuro	(1.646.256)	(1.642.721)	(1.757.884)	(3.184.802)
Total realizado	(1.453.505)	(1.280.828)	(1.082.928)	(2.757.954)

(j) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
Títulos públicos	11.690.997	5.627.765
Letras Financeiras do Tesouro	9.920.327	2.104.276
Letras do Tesouro Nacional	1.767.316	3.520.492
Notas do Tesouro Nacional	3.354	2.997

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										31/12/2018	31/12/2017
	2018					2017						
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício		
Operações de crédito	356.799.464	75.510.095	103.554.495	80.832.666	29.268.327	9.478.670	8.417.700	2.791.550	17.352.622	684.005.589	695.150.457	
Empréstimos e títulos descontados	11.721.988	22.069.225	54.167.203	16.455.250	7.403.012	2.421.402	1.156.668	1.272.120	9.828.299	126.495.147	144.709.484	
Financiamentos	3.250.519	2.858.159	1.187.380	2.686.828	4.311.810	203.420	66.473	63.760	581.639	11.329.988	17.622.893	
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.105.214	2.411.170	2.072.939	1.244.852	247.355	238.017	26.322	23.957	168.168	7.537.994	6.914.403	
Financiamentos de infraestrutura	287.165.179	30.631.560	40.783.003	55.366.090	19.812.726	2.262.141	3.717.019	1.204.533	3.102.173	444.044.424	431.187.564	
Financiamentos de infraestrutura	44.375.457	17.205.904	5.076.900	4.791.146	1.276.574	4.303.066	3.418.120	205.255	3.623.949	84.276.371	82.607.985	
Cessão de créditos	9.181.127	334.077	267.070	288.500	96.850	50.624	33.098	21.925	48.394	10.321.665	12.108.128	
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	1.122.575	5.530.756	1.545.073	1.424.747	228.402	372.480	53.595	33.154	202.819	10.513.601	11.125.067	
Cartão de crédito	471.639	5.429.000	1.205.661	472.889	202.998	36.096	13.632	13.118	167.630	8.012.665	7.396.975	
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	527.829	98.846	320.382	918.934	6.971	231.854	32.223	17.796	12.617	2.167.452	3.304.395	
Créditos adquiridos (2)	85.949	-	-	27.837	-	98.511	-	-	-	212.297	328.186	
Diversos	37.158	2.908	19.030	5.087	18.433	6.019	7.740	2.240	22.572	121.187	95.511	
Total	357.922.039	81.040.851	105.099.568	82.257.413	29.496.729	9.851.150	8.471.295	2.824.704	17.555.441	694.519.190	706.275.524	
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa (3)	(371.125)	(486.638)	(1.754.708)	(3.949.117)	(3.537.704)	(3.120.811)	(4.237.242)	(1.977.371)	(17.555.441)	(36.990.157)	(37.502.639)	
Total líq. de provisões	357.550.914	80.554.213	103.344.860	78.308.296	25.959.025	6.730.339	4.234.053	847.333	0	657.529.033	668.772.885	

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações" (Nota 9 (d)).

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

(3) Inclui a provisão para outros créditos com características de crédito (Nota 9 (a)).

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										31/12/2018	31/12/2017
	2018					2017						
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Provisão regulamentar	-	(405.205)	(1.050.996)	(2.467.724)	(2.949.673)	(2.955.345)	(4.235.648)	(1.977.292)	(17.555.441)	(17.352.622)	(33.597.324)	(34.283.896)
Operações de crédito	(377.551)	(1.035.545)	(2.424.981)	(2.926.833)	(2.843.601)	(4.208.851)	(1.954.083)	(17.352.622)	(17.352.622)	(33.124.014)	(33.753.286)	
Empréstimos e títulos descontados	-	(110.346)	(541.672)	(493.658)	(740.301)	(726.421)	(578.334)	(890.484)	(9.828.246)	(13.909.462)	(15.806.961)	
Financiamentos	-	(14.291)	(11.874)	(80.605)	(43.181)	(61.026)	(33.237)	(44.632)	(581.638)	(870.484)	(1.694.126)	
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(12.056)	(20.729)	(37.346)	(24.736)	(71.405)	(16.770)	(16.770)	(168.168)	(364.371)	(274.205)	
Financiamentos imobiliários	-	(153.158)	(407.830)	(1.660.983)	(1.981.273)	(678.642)	(1.858.510)	(843.173)	(3.102.173)	(10.685.742)	(9.933.454)	
Financiamentos de infraestrutura (1)	-	(86.030)	(50.769)	(143.734)	(127.657)	(1.290.920)	(1.709.060)	(143.679)	(3.623.949)	(7.175.798)	(5.902.676)	
Cessão de créditos	-	(1.670)	(2.671)	(8.655)	(9.685)	(15.187)	(16.549)	(15.345)	(48.395)	(118.157)	(141.864)	
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(27.654)	(15.451)	(42.743)	(22.840)	(111.744)	(26.797)	(23.209)	(202.872)	(202.872)	(473.310)	(530.609)	
Cartão de crédito	-	(27.145)	(12.057)	(14.187)	(20.300)	(10.829)	(6.816)	(9.183)	(167.683)	(268.200)	(234.807)	
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(494)	(3.204)	(27.568)	(697)	(69.556)	(16.111)	(12.884)	(12.617)	(143.131)	(225.164)	
Créditos adquiridos	-	-	-	(835)	-	(29.553)	-	-	-	(30.388)	(26.875)	
Diversos	-	(15)	(190)	(153)	(1.843)	(1.806)	(3.870)	(1.142)	(22.572)	(31.591)	(43.763)	
Provisão complementar (2)	(371.125)	(81.433)	(703.712)	(1.481.393)	(588.031)	(165.466)	(1.594)	(79)	-	(3.392.833)	(3.218.744)	
Operações de crédito	(367.924)	(79.801)	(686.773)	(1.452.154)	(570.012)	(163.302)	(646)	(79)	-	(3.320.691)	(3.162.155)	
Empréstimos e títulos descontados	(11.951)	(22.376)	(418.692)	(351.266)	(337.030)	(118.803)	(630)	(79)	-	(1.260.827)	(1.612.945)	
Financiamentos	(425)	(1.807)	(13.341)	(64.906)	(79.377)	(44.356)	(16)	-	-	(204.228)	(283.193)	
Financiamentos rurais e agroindustriais	(2.123)	(1.174)	(5.670)	(2.506)	(2.100)	(141)	-	-	-	(13.714)	(10.650)	
Financiamentos imobiliários	(327.705)	(53.268)	(238.172)	(1.028.147)	(151.505)	(2)	-	-	-	(1.798.799)	(1.223.250)	
Financiamentos de infraestrutura	(20.969)	(1.035)	(10.489)	(5.102)	-	-	-	-	-	(37.595)	(32.117)	
Cessão de créditos	(4.751)	(141)	(409)	(227)	-	-	-	-	-	(5.528)	-	
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(3.201)	(1.632)	(16.939)	(29.239)	(18.019)	(2.164)	(948)	-	-	(72.142)	(56.589)	
Cartão de crédito	(3)	(121)	(883)	(2.735)	(3.819)	(1.634)	-	-	-	(9.195)	(11.406)	
Adiantamento de contratos de câmbio	(1.057)	(215)	(1.568)	(13.098)	(335)	-	-	-	-	(16.273)	(16.964)	
Créditos adquiridos	(238)	-	-	(1.099)	-	-	-	-	-	(1.337)	(628)	
Diversos	(1.903)	(1.296)	(14.488)	(12.307)	(13.865)	(530)	(948)	-	-	(45.337)	(27.591)	
Total Provisão	(371.125)	(486.638)	(1.754.708)	(3.949.117)	(3.537.704)	(3.120.811)	(4.237.242)	(1.977.371)	(17.555.441)	(36.990.157)	(37.502.639)	

(1) A CAIXA realizou ajustes prudenciais com revisão de rating particularmente para três grandes exposições do segmento de infraestrutura, totalizando aumento na despesa de provisão de R\$ 1,15 bi. Os ajustes efetuados têm como objetivo manter os valores provisionados alinhados aos riscos identificados nas operações de crédito de tomadores e grupos econômicos com exposições relevantes.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em curso normal

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										31/12/2018	31/12/2017
	2018					2017						
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas vincendas	357.780.283	80.759.176	94.395.663	57.370.564	17.236.252	6.705.237	6.580.829	942.703	7.550.582	629.321.289	635.066.543	
01 a 30 dias	4.148.157	5.685.485	2.732.278	2.071.867	655.921	263.816	147.331	87.462	365.002	16.155.319	17.209.557	
31 a 60 dias	4.225.910	3.165.693	2.496.735	1.278.607	492.841	239.393	139.687	29.995	243.372	12.312.233	13.987.055	
61 a 90 dias	3.919.017	2.372.055	1.989.263	1.120.564	448.853	231.391	136.226	27.335	204.562			

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
SETOR PÚBLICO	59.102.627	57.644.602	
Administração direta	39.147.035	36.423.408	
Administração indireta – petroquímico	6.814.032	6.825.569	
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	5.093.100	4.833.829	
Administração indireta – outros	8.048.460	9.561.796	
SETOR PRIVADO	635.416.563	648.630.922	
PESSOA JURÍDICA	101.145.513	115.630.610	
Energia elétrica	18.390.347	19.472.897	
Construção civil	14.131.646	16.450.943	
Comércio varejista	12.078.285	17.176.879	
Siderurgia e metalurgia	8.260.674	9.190.287	
Transporte	8.883.024	9.521.373	
Saneamento e infraestrutura	7.245.894	6.787.591	
Comércio atacadista	5.973.090	6.022.380	
Outras indústrias	4.726.929	6.068.868	
Saúde	4.499.335	4.698.340	
Agronegócio e extrativismo	3.760.792	3.546.648	
Alimentação	2.167.266	2.400.554	
Têxtil	1.227.816	1.441.135	
Serviços financeiros	1.221.616	1.438.153	
Comunicação	1.008.129	1.130.138	
Petroquímico	536.473	549.047	
Serviços pessoais	176.383	239.282	
Outros serviços	6.857.814	9.496.095	
PESSOA FÍSICA	534.271.050	533.000.312	
Total	694.519.190	706.275.524	

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	19.957.810	40.328.569	22.662.897	46.813.083
Financiamentos rurais e agroindustriais	232.630	446.855	276.407	538.408
Financiamentos imobiliários	16.017.040	31.757.285	16.528.606	34.179.812
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.297.193	6.408.255	3.351.876	6.977.153
Outros créditos	4.885	9.522	5.048	7.988
Total	39.509.558	78.950.486	42.824.834	88.516.444

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(f.1) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CARTEIRAS ADQUIRIDAS COM COBRIGAÇÃO				
Banco Cruzeiro do Sul	11.399	21.319	7.979	13.700
BMG	1.874	4.252	3.062	6.993
BMB	-	16	214	921
Bonsucesso	1.952	609	767	2.154
Daycoval	7.356	18.247	17.943	48.598
Total	20.821	44.443	29.985	72.366

(f.2) Despesas vinculadas a cessão de carteiras de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CARTEIRAS CEDIDAS COM COBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	(435.666)	(903.829)	(526.207)	(1.174.129)
CARTEIRAS CEDIDAS SEM COBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	(1.019)	(5.027)	(4.745)	(4.745)
Total	(436.685)	(908.856)	(530.952)	(1.178.874)

(g) Créditos Recuperados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comercial	1.756.499	2.863.776	1.458.058	2.569.208
Habitação	1.003.235	1.492.273	615.963	1.144.302
Total	2.759.734	4.356.049	2.074.021	3.713.510

(h) Créditos Renegociados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comercial	1.169.346	2.442.910	2.015.354	4.619.753
Habitação	14.501.589	26.912.532	14.286.047	27.014.057
Total	15.670.935	29.355.442	16.301.401	31.633.810

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo Inicial	(36.296.857)	(37.502.639)	(35.778.333)	(35.775.487)
Constituição de provisão no período	(11.751.477)	(21.246.605)	(14.579.165)	(28.668.093)
Reversão de provisão no período	3.902.798	6.320.495	5.569.562	9.411.517
Transferência para prejuízo	7.155.379	15.438.592	7.285.297	17.529.424
Saldo final	(36.990.157)	(36.990.157)	(37.502.639)	(37.502.639)

(j) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2018		31/12/2017		%
	Valor	%	Valor	%	
Principal devedor	8.996.117	1,30	8.748.920	1,24	
10 maiores devedores	45.170.237	6,50	45.636.295	6,46	
20 maiores devedores	63.182.198	9,10	63.970.927	9,06	
50 maiores devedores	85.147.942	12,26	86.220.949	12,21	
100 maiores devedores	99.565.079	14,34	101.196.331	14,33	

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Créditos por avais e fianças honrados	27.329	31.336
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))	2.381.808	3.549.748
Rendas a receber (1)	2.242.495	2.275.189
Dividendos e JCP a receber	98.970	282.523
Convênios setor privado	123.867	124.844
Convênios setor público	450.912	428.881
Administração de fundos de investimento	141.103	43.447
Administração de fundos e programas sociais	1.405.162	1.374.119
Outras rendas a receber	22.481	21.375
Negociação e intermediação de valores	2.234	813
Créditos específicos (1)	1.061.581	1.001.150
Diversos (Nota 9 (b)) (1)	76.506.888	76.846.546
Provisão para outros créditos (2)	(545.452)	(587.198)
Total	81.676.883	83.117.584
Ativo circulante	26.614.706	34.005.778
Ativo não circulante	55.062.177	49.111.806

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Créditos por avais e fianças honrados	27.329	31.336
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))	2.381.808	3.549.748
Rendas a receber (1)	2.488.743	2.294.687
Dividendos e JCP a receber	296.513	260.067
Convênios setor privado	123.867	124.844
Convênios setor público	450.912	428.881
Administração de fundos de investimento	141.103	43.447
Administração de fundos e programas sociais	1.405.162	1.374.119
Outras rendas a receber	71.186	63.329
Negociação e intermediação de valores	2.234	813
Créditos específicos (1)	1.061.581	1.001.150
Diversos (Nota 9 (b)) (1)	76.562.181	76.849.755
Provisão para outros créditos (2)	(545.452)	(587.198)
Total	81.978.424	83.140.281
Ativo circulante	26.916.247	34.028.485
Ativo não circulante	55.062.177	49.111.806

(1) Inclui os créditos da CAIXA junto à União (Nota 9 (c)) no valor de R\$ 1.687.530 em 31/12/2018 (R\$ 1.601.346 em 31/12/2017).

(2) A Provisão para outros créditos refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos tributários (Nota 20 (d))	39.756.231	40.114.415	39.760.360	40.114.535
Devedores por depósitos em garantia (Nota 28 (e))	17.667.075	16.654.094	17.667.075	16.654.094
Valores a receber – transações de pagamento	8.012.665	7.396.975	8.012.665	7.396.975
Prêmio em aquisição de carteiras	2.550.773	3.339.036	2.550.773	3.339.036
Impostos e contribuições a compensar	1.440.476	1.539.212	1.463.121	1.540.460
Valores a apropriar (1)	1.824.145	3.851.966	1.824.351	3.854.490
Seguros a receber	131.254	582.357	131.254	582.357
Valores a receber – royalties	618.266	611.962	618.266	611.962
Adiantamentos e antecipações salariais	440.362	207.291	440.362	207.291
Valores a receber – FND	539.434	517.425	539.434	517.425
Cartão de crédito (2)	1.961.599	502.050	1.961.599	502.050
Créditos adquiridos	212.297	328.186	212.297	328.186
Valores a receber – resgate de bônus	129.411	122.503	129.411	122.503
Valores a receber – correspondentes bancários	111.606	119.048	111.606	119.048
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	72.436	94.625	70.065	93.454
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	73.130	-	73.130
Outros devedores	1.038.858	792.271	1.069.542	792.759
Total	76.506.888	76.846.546	76.562.181	76.849.755
Ativo circulante	21.432.773	27.724.085	21.488.066	27.727.294
Ativo não circulante	55.074.115	49.122.461	55.074.115	49.122.461

(1) Os créditos classificados em "Valores a apropriar" representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(2) O item "Cartão de crédito" é composto por valores a receber sem característica de concessão de crédito referentes a transações com cartão de crédito.

(c) Créditos da CAIXA junto à União

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Empréstimos concedidos (Voto CMN 162/95)		827.059	
BNH - incentivo aos beneficiários do SFH (DL 2.164/84)		262.072	
Fundo Nacional de Desenvolvimento - Cotas e Dividendos		539.434	
Outros haveres		58.965	
Total		1.687.530	

(d) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo - outros créditos		Ativo - outros créditos	
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	2.290.628		3.406.445	
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	25.767		69.648	
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	68.449		79.552	
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(3.036)		(5.897)	
Ativo circulante	2.381.808		3.549.748	
Passivo - outras obrigações				
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	25.246		69.665	
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	2.136.666		3.304.549	
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(2.099.003)		(3.224.843)	
Passivo circulante (Nota 18 (a))	62.909		149.371	
Carteira líquida de câmbio	2.318.899		3.400.377	

(d.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira	102.067	402.352	24.356	50.313
Variações cambiais – outras	39.875	473.221	(33.707)	60.649
Operações de câmbio	66.609	180.919	99.551	211.444
Resultado de câmbio	208.551	1.056.492	90.200	322.406

Nota 10 – Outros valores e bens

A CAIXA promove periodicamente a avaliação dos bens não de uso próprio no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, conforme estabelecido a Resolução CMN nº 3.566/2008.

Nessa carteira, que representa imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis CAIXA que eram de uso e foram desativados, identificou-se a necessidade de revisão da estimativa do valor recuperável. Para tanto, realizou novo estudo com a finalidade de atualizar a metodologia de cálculo do impairment e da provisão para esses imóveis, diante do crescimento do estoque e do comportamento das vendas nos 2 últimos anos.

Foram consideradas as variáveis relevantes que impactam essa carteira, sendo elas: o percentual do deságio em relação aos imóveis ocupados e desocupados, o tipo de financiamento, o levantamento de todos os custos incorridos durante o processo de retomada, denominados custos recuperáveis, bem como dos custos de manutenção dos imóveis em estoque até a sua venda, visando aderência às boas práticas relacionadas ao valor de recuperabilidade do ativo, além de eventual provisionamento de passivos existentes.

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. Em sua composição destaca-se o prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN no valor de R\$ 672.776 (31/12/2017 - R\$ 593.473).

(a) Composição

Os itens de Outros valores e bens são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Despesas antecipadas" que em 31/12/2018 apresenta o montante de R\$ 740.31

Descrição	Vida útil (em anos)	INDIVIDUAL			31/12/2018		31/12/2017	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido	
Imóveis de uso	-	2.667.293	(1.580.708)	1.086.585	1.015.260	-	-	-
Edificações	25	2.582.809	(1.580.708)	1.002.101	932.096	-	-	-
Terrenos	-	84.484	-	84.484	83.164	-	-	-
Reavaliações de imóveis de uso	-	689.161	(251.047)	438.114	462.084	-	-	-
Edificações	25	505.833	(251.047)	254.786	275.016	-	-	-
Terrenos	-	183.328	-	183.328	187.068	-	-	-
Outras imobilizações de uso	-	8.159.551	(6.771.720)	1.387.831	1.588.044	-	-	-
Imobilizações em curso	-	91	-	91	-	-	-	-
Instalações, móveis e equipam. de uso	10	1.522.676	(1.110.207)	412.469	697.353	-	-	-
Sistema de comunicação	10	104.934	(84.556)	20.378	12.789	-	-	-
Sistema de processamento de dados	5	5.943.631	(5.135.851)	807.780	764.938	-	-	-
Sistema de transporte e segurança	5	588.219	(441.106)	147.113	112.964	-	-	-
Total	-	11.516.005	(8.603.475)	2.912.530	3.065.388	-	-	-

(b) Movimentação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		Movimentação em 2018				31/12/2018
	31/12/2017	Líquido	Transf. (1)	Adições	Baixas	Depreciação	
Imóveis de uso	1.015.260	(528)	430.308	(54.572)	(303.883)	1.086.585	1.015.260
Edificações	932.096	(198)	427.588	(53.502)	(303.883)	1.002.101	932.096
Terrenos	83.164	(330)	2.720	(1.070)	-	84.484	83.164
Reavaliação de imóveis de uso	462.084	-	5.428	(9.082)	(20.316)	438.114	462.084
Edificações	275.016	-	5.428	(5.342)	(20.316)	254.786	275.016
Terrenos	187.068	-	-	(3.740)	-	183.328	187.068
Outras imobilizações de uso	1.588.044	(85)	396.681	(542)	(596.267)	1.387.831	1.588.044
Imobilizações em curso	-	(85)	176	-	-	91	-
Instalações, móveis e equipam. de uso	697.353	(241.197)	45.033	(53)	(88.667)	412.469	697.353
Sistema de comunicação	12.789	9.701	1.228	-	(3.340)	20.378	12.789
Sistema de proc.de dados	764.938	214.758	284.196	(474)	(455.638)	807.780	764.938
Sistema de transporte e segurança	112.964	16.738	66.048	(15)	(48.622)	147.113	112.964
Total	3.065.388	(613)	832.417	(64.196)	(920.466)	2.912.530	3.065.388

(1) Representam as reclassificações dentro do ativo.

Nota 14 – Depósitos

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos à Vista	30.445.640	-	-	-	30.445.640	32.398.853	30.445.598	32.398.707
Pessoas físicas	14.961.427	-	-	-	14.961.427	15.571.635	14.961.427	15.571.635
Pessoas jurídicas	11.552.924	-	-	-	11.552.924	12.246.509	11.552.882	12.246.363
Vinculados	2.297.983	-	-	-	2.297.983	2.172.783	2.297.983	2.172.783
Governo	1.067.232	-	-	-	1.067.232	1.511.492	1.067.232	1.511.492
Moedas estrangeiras	5.283	-	-	-	5.283	9.205	5.283	9.205
Instituições do sistema financeiro	17.871	-	-	-	17.871	26.820	17.871	26.820
Entidades públicas	226.711	-	-	-	226.711	572.551	226.711	572.551
Contas encerradas	32.697	-	-	-	32.697	29.606	32.697	29.606
Outros	283.512	-	-	-	283.512	258.252	283.512	258.252
Depósitos de Poupança	298.352.534	-	-	-	298.352.534	276.693.320	298.352.534	276.693.320
Pessoas físicas	293.962.755	-	-	-	293.962.755	272.495.932	293.962.755	272.495.932
Pessoas jurídicas	2.068.239	-	-	-	2.068.239	2.011.728	2.068.239	2.011.728
Vinculados	2.100	-	-	-	2.100	2.082	2.100	2.082
Contas encerradas	2.319.440	-	-	-	2.319.440	2.183.578	2.319.440	2.183.578
Depósitos Interfinanceiros	-	145.021	216.243	10.686	371.950	577.401	371.950	577.401
Depósitos a prazo	82.674.500	4.797.027	19.145.415	72.427.203	179.044.145	186.537.181	178.254.497	185.643.021
CDB	10.863	4.797.027	19.145.415	72.427.203	96.380.508	111.732.731	95.590.860	110.838.571
Depósitos Judiciais	82.663.637	-	-	-	82.663.637	74.804.450	82.663.637	74.804.450
Depósitos especiais e de fundos e programas	13.313.602	-	-	-	13.313.602	10.913.088	13.313.602	10.913.088
Outros	-	-	-	-	-	26	-	26
Total	424.786.276	4.942.048	19.361.658	72.437.889	521.527.871	507.119.869	520.738.181	506.225.563
Passivo circulante	-	-	-	-	449.089.982	412.992.412	448.984.816	412.992.266
Passivo não circulante	-	-	-	-	72.437.889	94.127.457	71.753.365	93.233.297

O saldo de depósitos a prazo é composto por remunerações prefixadas e pós-fixadas. Em 31/12/2018 68% (individual/consolidado) do montante destes depósitos referem-se às operações de CDB/RDB com remuneração prefixada. Os depósitos judiciais possuem remuneração pós-fixada e correspondem a 46% (individual/consolidado) do montante dos depósitos a prazo.

Em 31/12/2018, 95% dos saldos dos depósitos especiais e de fundos e programas referem-se às operações com remuneração pós-fixada tanto no balanço individual quanto no consolidado.

(b) Despesas de captações com depósitos

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(6.732.214)	(13.338.134)	(7.656.841)	(16.165.454)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.175.274)	(6.589.533)	(5.034.125)	(12.830.798)
Depósitos judiciais	(1.644.007)	(3.286.051)	(2.066.112)	(4.432.537)
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	(503.890)	(1.091.001)	(632.913)	(1.584.506)
Depósitos interfinanceiros	(13.288)	(31.777)	(28.963)	(81.748)
Outras captações	(291.328)	(637.237)	(385.069)	(778.170)
Total	(12.360.001)	(24.973.733)	(15.804.023)	(35.873.213)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(6.732.214)	(13.338.134)	(7.656.841)	(16.165.454)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.142.640)	(6.522.466)	(4.997.716)	(12.740.131)
Depósitos judiciais	(1.644.007)	(3.286.051)	(2.066.112)	(4.432.537)
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	(503.890)	(1.091.001)	(632.913)	(1.584.506)
Depósitos interfinanceiros	(13.288)	(31.777)	(223)	(53.008)
Outras captações	(291.328)	(637.237)	(385.069)	(778.170)
Total	(12.327.367)	(24.906.666)	(15.738.874)	(35.753.806)

(c) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		31/12/2018	31/12/2017
	2018	2017		
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	-	-	8.019.871	3.580.263
Depósitos – Especiais com remuneração	-	-	2.313.586	2.231.400
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	-	-	196.826	1.621.973
Depósitos – PREVHAB	-	-	916.768	867.229
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	794.309	760.267
Fundo Garantidor do FIES (1)	-	-	1.401	-
Programa de Integração Social – PIS	-	-	137.894	303.829
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 14 (e))	-	-	370.175	386.909
Fundo Garantia Sagra – FGS	-	-	67.380	64.725
Depósitos – PRODEC	-	-	11.217	64.705
Saúde CAIXA	-	-	484.175	454.469
Outros	-	-	-	-
Total	-	-	13.313.602	10.913.088

(1) Fundo instituído pela Lei nº 13.530/2017 e com integralização pela União autorizada pelo Decreto nº 9.305/2018.

(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	Taxa de Remuneração	2018		2017	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos – FGTS	Selic	(210.018)	(439.540)	(234.033)	(688.564)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(126.066)	(284.105)	(121.350)	(162.770)
Depósitos – FAR	Selic	(26.518)	(76.415)	(89.065)	(251.929)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(28.059)	(55.581)	(33.866)	(78.691)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(22.546)	(43.637)	(26.325)	(72.253)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(15.850)	(31.170)	(18.484)	(42.792)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(9.464)	(18.371)	(9.837)	(21.813)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(3.550)	(12.058)	(29.497)	(76.601)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(19.087)	(32.840)	(14.894)	(41.129)
Depósitos – FCA	Extra - mercado	(6.819)	(13.070)	(7.780)	(27.674)
Depósitos – Caução	TR	(2.901)	(5.016)	(3.006)	(9.097)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.952)	(3.865)	(1.901)	(4.058)
Outros	-	(31.060)	(75.333)	(42.875)	(107.135)
Total	-	(503.890)	(1.091.001)	(632.913)	(1.584.506)

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Carteira própria (1)	112.010.641	110.098.112	112.010.641	109.961.976
Letras financeiras do tesouro	25.679.032	20.857.128	25.679.032	20.857.128
Letras do tesouro nacional	67.466.747	77.682.536	67.466.747	77.682.536
Notas do tesouro nacional	14.809.243	8.533.004	14.809.243	8.533.004
Debêntures	1.425.817	572.993	1.425.817	524.349
Certificados de recebíveis imobiliários	2.629.802	2.452.451	2.629.802	2.364.959
Carteira de terceiros	46.202.292	38.565.290	46.202.292	38.565.290
Letras do tesouro nacional	29.416.725	38.565.290	29.416.725	38.565.290
Notas do tesouro nacional	16.785.567	-	16.785.567	-
Total	158.212.933	148.663.402	158.212.933	148.527.266
Passivo circulante	145.253.664	140.622.710	145.253.664	140.486.574
Passivo não circulante	12.959.269	8.040.692	12.959.269	8.040.692

(1) Valores calculados considerando o (PU de Garantia) do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Carteira própria	(1.974.287)	(4.561.266)	(2.931.930)	(6.505.642)
Carteira de terceiros	(2.977.747)	(5.179.674)	(3.075.196)	(8.420.826)
Carteira de livre movimentação	-	-	(254.651)	(503.080)
Total	(4.952.034)	(9.740.940)	(6.261.777)	(15.429.548)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Carteira própria	(1.974.			

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	66.238.006	61.931.912
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	15.346.599	17.850.274
Dívida Subordinada	10.348.843	10.742.909
Sociais e estatutárias	2.550.058	3.685.388
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.077.665	2.125.428
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	2.961.739	3.320.698
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	367.371	416.763
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))	62.909	149.371
Negociação e intermediação de valores	9.396	45.770
Diversas (Nota 18 (e))	61.928.630	68.973.433
Total	161.891.216	169.241.946
Passivo circulante	49.872.602	60.474.798
Passivo não circulante	112.018.614	108.767.148

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	25.995.388	24.956.210
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	15.346.599	17.850.274
Dívida Subordinada	10.348.843	10.742.909
Sociais e estatutárias	2.551.813	3.686.370
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.219.295	2.413.674
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	2.961.739	3.320.698
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	367.371	416.763
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))	62.909	149.371
Negociação e intermediação de valores	9.396	45.770
Diversas (Nota 18 (e))	61.980.488	69.003.425
Total	121.843.841	132.585.464
Passivo circulante	50.067.845	60.794.018
Passivo não circulante	71.775.996	71.791.446

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Tributos sobre salários a recolher	625.654	461.949
Tributos sobre serviços a recolher	261.237	316.363
Tributos sobre lucros a recolher	131.574	94.815
Imposto de renda	432	-
COFINS	113.084	82.275
PASEP	18.058	12.540
Tributos diferidos	1.059.200	1.252.301
Reavaliação – edificações	117.876	127.958
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	573.787	1.124.343
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis para venda	367.537	-
Total	2.077.665	2.125.428
Passivo circulante	1.959.789	1.997.470
Passivo não circulante	117.876	127.958

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Tributos sobre salários a recolher	625.728	462.102
Tributos sobre serviços a recolher	261.233	316.370
Tributos sobre lucros a recolher	227.809	116.448
Imposto de renda	62.962	11.220
Contribuição social	23.545	4.228
COFINS	121.463	87.410
PASEP	19.839	13.590
Tributos diferidos	1.104.525	1.518.754
Reavaliação – edificações	117.876	127.958
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	573.788	1.124.343
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	412.861	266.453
Total	2.219.295	2.413.674
Passivo circulante	2.101.419	2.285.716
Passivo não circulante	117.876	127.958

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

A variação significativa dos recursos do PIS a partir do 2º semestre de 2017 refere-se aos recursos disponibilizados para retiradas de cotas, conforme Lei 13.677 de 13/06/2018.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundos e programas sociais	12.894.766	10.160.348
Recursos do FGTS	4.032.451	3.525.647
Remuneração do AG Financeiro - OGU	2.966.970	2.964.133
Remuneração do AG Financeiro - FGTS	3.806.613	1.687.855
Aportes - Minha Casa Minha Vida	1.092.079	1.209.830
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	318.665	312.138
Programas de transferência de renda	511.887	239.997
Outros fundos e programas	166.101	220.748
Fundos financeiros e de desenvolvimento	835.945	6.745.762
PIS	394.073	5.900.384
FAT	440.390	843.897
FINSOCIAL	1.482	1.481
Operações com loterias	1.615.888	944.164
Total	15.346.599	17.850.274

(d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital

(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II

A CAIXA possui 22 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 09 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 09 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/2013, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (call) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% a.a.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem reset de cupom após o 5º ano e cláusula de "absorção de perdas" com eventual write off de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA, Relações com Investidores, Gerenciamento de Riscos, Relatórios de Gerenciamento de Risco e Capital.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Vencim.	Rem. a.a. (%)	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2018	Saldo devedor 31/12/2017
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.657.953	(5.057.879)	-	1.039.791	1.930.967
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.915.659	-	-	4.915.659	4.633.878
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.393.392	-	-	4.393.392	4.178.064
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	894.907	-	-	3.894.907	3.701.615
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	1.065.546	-	-	5.065.546	4.830.426
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	615.833	-	-	3.615.833	3.449.607
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	510.333	-	-	4.510.333	4.302.865
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	339.650	-	-	4.339.650	4.135.636
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	134.086	-	-	2.134.086	2.026.513
Letra Financeira elegível – Nível II								
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	6.841	-	-	16.841	15.726
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	11.642	-	-	29.042	27.120
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	881	-	-	2.381	2.224
jun/24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	152.792	-	31.892	384.684	368.551
fev/25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	712	-	208	2.120	1.951
fev/25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	703	-	193	2.096	1.934
fev/25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	1.426	-	348	4.174	3.881
mar/25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	692	-	161	2.053	1.904
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	865.589	-	19.604	1.991.643	2.086.257
Total			30.781.067	10.568.637	(5.057.879)	52.406	36.344.231	35.699.119

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível II do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal. Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital apresentam a seguinte composição:

INDIVIDUAL		
Discriminação	31/12/2018	31/12/2017
IHCD – elegíveis a capital principal	40.242.618	36.975.702
Contrato 348	9.468.805	7.851.945
Contrato 504	9.663.215	8.013.159
Contrato 752	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
IHCD – não elegíveis a capital principal	2.961.739	3.320.698
Total	43.204.357	40.296.400

Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal são classificados dentro do patrimônio líquido nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os instrumentos financeiros não elegíveis a capital principal são compostos por juros remuneratórios a pagar e atualização monetária não incorporada.

Na demonstração consolidada, os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos híbridos de capital e dívida, classificados em Outras obrigações – Instrumentos híbridos de capital e dívida, perfazendo um montante de R\$ 2.961.739 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 3.320.698).

(e) Diversas

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 29 (a))	23.265.466	22.274.820
Saúde CAIXA	9.916.674	10.122.889
Auxílio e cesta alimentação	1.605.080	1.422.383
Planos de benefícios - Previdência privada	11.743.712	10.729.548
Recursos vinculados a cessão de crédito	10.315.507	12.181.955
Cretores diversos - País (Nota 18 (f)) (1)	5.790.357	12.283.183
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 28)	4.720.770	4.283.853
Obrigações por transações de pagamento (1)	488.264	3.967.431
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 28)	3.409.081	3.080.057
Provisões para pagamentos a efetuar	3.224.496	2.648.335
Financiamentos imobiliários a liberar	3.101.342	2.341.570
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.406.104	1.510.626
Provisões para outras contingências	2.266.008	1.745.257
Recursos do FGTS para amortizações	1.372.863	1.171.442
Obrigações por convênios	812.269	916.130
Recursos vinculados a operações de crédito	439.742	261.876
Provisões para causas judiciais - demandas fiscais (Nota 28)	288.497	281.425
Obrigações por contribuições ao SFH	27.864	25.636
Total	61.928.630	68.973.433

Os recursos vinculados a operações de crédito são recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

Os recursos vinculados a cessão de crédito são recursos de operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3.533/2008.

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 29 (a))	23.265.466	22.274.820
Saúde CAIXA	9.916.674	10.122.889
Auxílio e cesta alimentação	1.605.080	1.422.383
Planos de benefícios - Previdência privada	11.743.712	10.729.548
Recursos vinculados a cessão de crédito	10.315.507	12.181.955
Cretores diversos - País (Nota 18 (f)) (1)	5.790.357	12.283.183
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 28)	4.720.770	4.283.853
Obrigações por transações de pagamento (1)	488.264	3.967.431
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 28)	3.409.081	3.080.057
Provisões para pagamentos a efetuar	3.230.544	2.667.915
Financiamentos imobiliários a liberar	3.101.342	2.341.570
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.451.914	1.520.875
Provisões para outras contingências	2.266.008	1.745.257
Recursos do FGTS para amortizações	1.372.863	1.171.442
Obrigações por convênios	812.269	916.130
Recursos vinculados a operações de crédito	439.742	261.876
Provisões para causas judiciais - demandas fiscais (Nota 28)	288.497	281.425
Obrigações por contribuições ao SFH	27.864	25.636
Total	61.980.488	69.003.425

(1) Variações decorrentes de reclassificações realizadas de Cretores diversos – País e Obrigações por transações de pagamento para Relações Interfinanceiras/Transações de pagamento – Cartão de crédito.

(f) Cretores diversos – País

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cartões de crédito (1)	346.968	4.321.167
Valores a apropriar	2.729.873	4.852.525
Crédito imobiliário – repasses	999.928	1.058.585
Fornecedores	1.102.912	1.154.921
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	209.304	273.043
Contas a pagar	104.391	123.534
Crédito comercial – repasses	31.287	36.584
Obrigações com a União – repasses	59.331	54.894
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	47.998	62.482
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (2)	8.141	

(c) Passivo fiscal diferido

(c.1) Obrigações fiscais diferidas – IRPJ/CSLL

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesa diferida/marcação a mercado	849.285	1.014.408	875.038	1.219.405
Outros	117.876	127.958	117.876	127.958
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	967.161	1.142.366	992.914	1.347.363

(c.2) Obrigações fiscais diferidas – PASEP/COFINS

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesa diferida/marcação a mercado	92.039	109.934	94.672	171.390
PASEP e COFINS do Período	92.039	109.934	94.672	171.390

(d) Ativo fiscal diferido

(d.1) Composição dos créditos tributários – IRPJ/CSLL

Descrição	INDIVIDUAL			
	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
Diferenças temporárias:	32.887.298	18.270.674	(17.157.293)	34.000.679
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.421.757	8.020.860	(9.412.428)	21.030.189
Passivos atuariais	3.315.361	587.334	(363.062)	3.539.633
Provisões trabalhistas	1.767.089	144.274	(23.055)	1.888.308
Provisões fiscais	86.744	42.647	(39.974)	89.417
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	715.072	-	(342.638)	372.434
Provisão para desvalorização - bens não de uso	91.518	969.394	(230.953)	829.959
Provisão para Perdas - FCVS a receber	1.116.924	700.954	(440.699)	1.377.179
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	1.584.733	(1.584.733)	-
Outros	2.094.915	5.953.418	(4.538.405)	3.509.928
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.288.670	10.602	(510.361)	788.911
Prejuízo fiscal a realizar	1.288.670	-	(510.361)	778.309
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA IRPJ	-	8.979	-	8.979
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA CSLL	-	1.623	-	1.623
Total dos créditos com impacto no resultado	34.175.968	18.281.276	(17.667.654)	34.789.590
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	733.563	-	(733.563)	-
Perdas atuariais CPC 33	5.047.892	-	(126.657)	4.921.235
Total dos créditos com impacto no PL	5.781.455	-	(860.220)	4.921.235
Total dos créditos tributários	39.957.423	18.281.276	(18.527.874)	39.710.825
Total dos créditos não constituídos	1.259.399	304.974	-	1.564.373

Descrição	CONSOLIDADO			
	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
Diferenças temporárias:	32.887.418	18.274.683	(17.157.293)	34.004.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.421.757	8.020.860	(9.412.428)	21.030.189
Passivos atuariais	3.315.361	587.334	(363.062)	3.539.633
Provisões trabalhistas	1.767.089	144.274	(23.055)	1.888.308
Provisões fiscais	86.744	42.647	(39.974)	89.417
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	715.072	-	(342.638)	372.434
Provisão para desvalorização - bens não de uso	91.518	969.394	(230.953)	829.959
Provisão para Perdas - FCVS a receber	1.116.924	700.954	(440.699)	1.377.179
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	1.584.733	(1.584.733)	-
Outros	2.095.035	5.957.427	(4.538.405)	3.514.057
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.288.670	10.602	(510.361)	788.911
Prejuízo fiscal a realizar	1.288.670	-	(510.361)	778.309
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA IRPJ	-	8.979	-	8.979
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA CSLL	-	1.623	-	1.623
Total dos créditos com impacto no resultado	34.176.088	18.285.285	(17.667.654)	34.793.719
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	733.563	-	(733.563)	-
Perdas atuariais CPC 33	5.047.892	-	(126.657)	4.921.235
Total dos créditos com impacto no PL	5.781.455	-	(860.220)	4.921.235
Total dos créditos tributários	39.957.423	18.285.285	(18.527.874)	39.714.954
Total dos créditos não constituídos	1.259.399	304.974	-	1.564.373

(d.2) Composição dos créditos tributários – PASEP/COFINS

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
Total dos créditos com impacto no resultado	77.495	-	(32.089)	45.406
Ajuste a mercado	77.495	-	(32.089)	45.406
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	-	-	-
Total dos créditos com impacto no patrim. liq.	77.497	-	(79.497)	-
Ajuste a valor de mercado - tít. disp. para venda	79.497	-	(79.497)	-
Total	156.992	-	(111.586)	45.406

(e) Expectativa de realização – valor contábil

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2018 estão representados a seguir:

Ano de Realização	INDIVIDUAL			TOTAL
	Prejuízo Fiscal	Diferença Temporal		
2.019	788.910	3.914.658		4.703.568
2.020	-	2.364.339		2.364.339
2.021	-	7.220.886		7.220.886
2.022	-	2.750.777		2.750.777
2.023	-	2.904.245		2.904.245
2.024	-	6.927.614		6.927.614
2.025 a 2.028	-	12.884.802		12.884.802
Total	788.910	38.957.321		39.746.231
Valor Presente	780.720	30.383.816		31.164.536

Ano de Realização	CONSOLIDADO			TOTAL
	Prejuízo Fiscal	Diferença Temporal		
2.019	788.910	3.914.658		4.703.568
2.020	-	2.364.339		2.364.339
2.021	-	7.220.886		7.220.886
2.022	-	2.750.777		2.750.777
2.023	-	2.904.245		2.904.245
2.024	-	6.927.614		6.927.614
2.025 a 2.028	-	12.888.931		12.888.931
Total	788.910	38.971.450		39.760.360
Valor Presente	780.720	30.383.816		31.164.536

Nota 21 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

(a) Receitas de prestação de serviços

Os itens de Receitas de prestação de serviços são coincidentes nas demonstrações individuais e consolidada, com exceção do item "Prestados a ligadas" que, na demonstração consolidada de 2018, apresenta os montantes de R\$ 401.149 no 2º semestre e R\$ 824.423 no exercício referentes a Caixa Seguridade. No comparativo, em 2017, o referido item apresentou os montantes coincidentes.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Administração de Fundos Sociais	4.321.723	8.013.558	3.757.162	7.382.943
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.601.290	5.144.622	2.418.583	4.935.342
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	140.969	205.772	91.701	162.730
Programa de Integração Social (PIS)	516.594	681.800	156.297	227.759
Loterias Federais	737.719	1.359.715	741.187	1.347.248
Financiamento Estudantil - (FIES)	248.928	486.940	289.916	586.173
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	49.696	84.906	37.131	75.488
Seguro-desemprego	22.226	45.107	21.474	46.740
Outros	4.301	4.696	873	1.463
Repasses da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	77.746	149.350	63.401	135.384
Rendas de cartões	723.278	1.427.278	714.553	1.416.732
Operações de crédito e garantias prestadas	1.025.553	2.013.400	1.028.156	2.124.043
Cobranças	465.294	962.347	491.883	993.616
Arrecadações	1.671.571	3.278.956	1.590.784	3.161.057
Fundos de investimentos e carteiras administradas	1.114.577	2.159.798	925.105	1.826.239
Conta corrente	202.842	423.032	249.848	472.129
Programas de transferência de renda	222.838	439.132	224.989	438.597
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	24.916	50.443	22.568	44.610
Prestados a ligadas	371.126	794.400	363.324	717.876
Outros serviços	196.210	358.644	203.504	398.197
Total	10.417.674	20.069.978	9.634.827	19.111.423

(b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Rendas de cartões	388.209	759.459	348.751	687.282
Operações de crédito e cadastro	561.173	1.146.421	596.988	1.175.638
Pacote de serviços	1.660.018	3.361.442	1.527.772	2.712.638
Contas de depósitos	384.582	762.263	389.271	739.391
Transferência de recursos	231.567	438.629	180.013	319.876
Outras	152.170	281.136	133.931	294.836
Total	3.377.719	6.749.350	3.176.726	5.929.661

Nota 22 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Salários	(6.320.842)	(12.286.657)	(6.217.535)	(12.920.529)
Indenizações trabalhistas	(778.863)	(1.463.215)	(1.083.399)	(1.838.965)
Benefícios	(1.463.096)	(2.777.511)	(1.327.099)	(2.612.174)
Encargos sociais:	(2.563.153)	(4.942.443)	(2.460.403)	(4.915.255)
FGTS	(488.362)	(938.502)	(466.609)	(932.913)
Previdência social	(1.473.514)	(2.849.043)	(1.400.376)	(2.808.373)
Previdência complementar	(469.224)	(894.008)	(441.797)	(887.759)
Outros encargos	(132.053)	(260.890)	(151.621)	(286.210)
Outros	(69.924)	(121.737)	(70.173)	(132.228)
Total	(11.195.878)	(21.591.563)	(11.158.609)	(22.419.151)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Salários	(6.336.246)	(12.315.488)	(6.229.900)	(12.935.574)
Indenizações trabalhistas	(778.863)	(1.463.215)	(1.083.399)	(1.838.965)
Benefícios	(1.463.962)	(2.780.522)	(1.329.253)	(2.614.328)
Encargos sociais:	(2.568.828)	(4.953.166)	(2.465.527)	(4.921.573)
FGTS	(489.025)	(940.146)	(467.609)	(934.140)
Previdência social	(1.477.304)	(2.855.999)	(1.403.488)	(2.812.265)
Previdência complementar	(470.389)	(896.021)	(442.756)	(888.864)
Outros encargos	(132.110)	(261.000)	(151.674)	(286.304)
Outros	(70.536)	(122.742)	(70.876)	(133.058)
Total	(11.218.435)	(21.635.133)	(11.178.955)	(22.443.498)

Nota 23 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comunicações	(268.443)	(494.290)	(261.991)	(527.528)
Manutenção e conservação de bens	(482.504)	(974.463)	(527.367)	(993.591)
Água e energia	(260.432)	(479.638)	(228.972)	(455.276)
Aluguéis e arrendamento de bens	(739.427)	(1.481.650)	(751.769)	(1.520.201)
Material	(73.347)	(138.356)	(65.072)	(139.931)
Processamento de dados	(893.164)	(1.641.081)	(781.489)	(1.530.022)
Promoções e relações públicas	(212.488)	(329.344)	(227.608)	(387.253)
Propaganda e publicidade	(256.499)	(333.179)	(214.480)	(281.158)
Serviços do sistema financeiro	(278.848)	(559.369)	(273.651)	(544.081)
Serviços de terceiros	(908.723)	(1.789.640)	(924.955)	(1.856.606)
Serviços especializados	(349.975)	(600.026)	(302.695)	(565.048)
Serviços de vigilância e segurança	(449.898)	(

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
COFINS	(1.398.920)	(2.743.994)	(1.272.236)	(2.556.328)
PIS/PASEP	(227.596)	(446.129)	(207.814)	(420.130)
ISS	(391.462)	(775.150)	(388.468)	(759.472)
IPTU	(6.470)	(81.325)	(6.574)	(77.322)
Outras	(22.179)	(33.129)	(18.845)	(62.300)
Total	(2.046.627)	(4.079.727)	(1.893.937)	(3.875.552)

Nota 28 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

(a) Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco: a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em casos similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2017	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					31/12/2018
		Movimentação em 2018					
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Trabalhistas (Nota 18 (e))	4.283.853	1.290.327	52.922	236.267	(177.687)	(964.912)	4.720.770
Cíveis (Nota 18 (e))	3.080.057	380.249	28.686	668.433	(471.998)	(276.346)	3.409.081
Feitos Diversos	623.662	284.800	8.502	60.724	(40.882)	(185.559)	759.247
Poupança - Planos Econômicos	1.457.596	16.187	1.911	584.996	(65.684)	(42.617)	1.952.349
Habitacional	299.417	77.911	2.714	21.075	(72.357)	(46.815)	281.945
Contingenciamento do FGTS	699.422	1.351	15.559	1.638	(293.075)	(1.355)	423.540
Fiscais (Nota 18 (b) e (e))	281.425	40.480	7.618	8.996	(38.762)	(11.260)	288.497
INSS	23.804	13.561	1.114	4		(5)	38.478
IPTU	43.592	3.851	1.951	1.538	(11)	(873)	50.048
ISSQN	127.690	15.581	2.195	5.405	(10.666)	(6.199)	134.006
Outros	86.339	7.487	2.358	2.049	(28.085)	(4.183)	65.965
Total	7.645.335	1.711.056	89.226	913.696	(688.447)	(1.252.518)	8.418.348

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2018, constavam 55.244 processos trabalhistas provisionados, sendo 51.718 "não relevantes" e 3.526 "relevantes", cujos respectivos valores são corrigidos pelo IPCA.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2018, constavam 323.070 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 321.966 "não relevantes" e 1.104 "relevantes".

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2018, foi provisionado R\$ 1.952.349 para estes processos (31/12/2017 – R\$ 1.457.553).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrita, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por aquela Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2018, para estes processos é de R\$ 423.541 (31/12/2017 – R\$ 699.424).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2018, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 31/12/2018, realizou 18.392 acordos processuais (51% referente a ações indenizatórias e 49% referentes a recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas são avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reacionados para 31/12/2018, correspondem ao total de R\$ 1.615.615 (31/12/2017 – R\$ 1.580.215), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 38.479 (31/12/2017 – R\$ 23.806).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação atuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2018, corresponde ao montante de R\$ 771.637 (31/12/2017 – R\$ 738.238).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2018, o valor da provisão constituída é de R\$ 134.006 (31/12/2017 – R\$ 127.689).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSSL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2018, totalizam R\$ 59.256 (31/12/2017 – R\$ 79.160), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação remuneraram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente à essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para risco de devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base na média de antecipações dos fluxos de pagamentos e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA. Em 31/12/2018 o montante provisionado é R\$ 1.928.008 (31/12/2017 – R\$ 1.745.257).

(d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
Demandas fiscais	5.961.839	5.849.212
Demandas cíveis	1.868.019	1.918.840
Total	7.829.858	7.768.052

(d.1) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.961.839 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 5.849.212), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.957.930 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 4.887.110), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 225.462 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 221.528), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) CSSL, no valor de R\$ 177.953 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 173.278), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 270.010 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 263.943), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(d.2) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto. No montante de R\$ 1.868.019 (31/12/2017 – R\$ 1.918.840) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH. E uma Ação Civil Pública de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. Em virtude do acordo firmado sobre o tema no STF, a CAIXA informa que está em andamento negociação com a PROJUST.

(e) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
Demandas fiscais	12.096.012	11.595.707
Demandas trabalhistas	4.490.767	4.071.464
Demandas cíveis	1.080.296	986.923
Total (Nota 9 (b))	17.667.075	16.654.094

(f) Garantias financeiras prestadas

Carteira	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	Exposição	Provisão
Repasses - Entidades	32.014.494	10.381
FIES	439.288	24.600
Fiança bancária	23.000	230
Cessão de créditos	470.159	9.544
PAR (Recursos FAR)	9.416	4.708
Total	32.956.357	49.463

Os Repasses à outras Entidades estão concentrados em Instituição Financeira e Entidade Pública.

Para os contratos do FIES, a provisão é realizada com base na avaliação de risco de crédito da concessão e evolui conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

A fiança bancária possui um único contrato junto a cliente do segmento corporativo, cuja provisão é feita com base na avaliação de risco de crédito da contraparte.

A carteira de cessão de créditos é composta por contratos SBPE, cuja provisão é apurada conforme modelos internos e evolui de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

O estoque remanescente da carteira do PAR com recursos do FAR é provisionado pelo rating tendo em vista a evolução do atraso, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

Nota 29 – Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

As provisões para benefícios a empregados são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo", que em 31/12/2017 apresenta saldo de R\$ 3.358.812 na demonstração consolidada, sendo R\$ 2.491.076 referentes à natureza salarial e R\$ 867.736 referentes à participação dos empregados no lucro.

Descrição	INDIVIDUAL	
	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo	3.484.921	3.356.672
Natureza salarial	2.694.135	2.489.918
Participação dos empregados no lucro	790.786	866.754
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	23.265.466	22.274.820
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	9.916.674	10.122.889
Auxílio e cesta-alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.605.080	1.422.383
Planos de previdência complementar (cálculo atuarial (g.4)):	11.743.712	10.729.548
- REG/REPLAN	11.480.974	10.351.681
- REB	17.925	21.027
- Novo Plano	244.813	356.840
Total	26.750.387	25.631.492

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balanços trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balanços, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de planos de previdência complementar geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), do Plano de Saúde (Saúde CAIXA) e de auxílio/cesta-alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um fundo de pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos planos de benefícios.

A CAIXA considera o risco atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo dimensiona adequadamente em seu modelo interno a abrangência das premissas adotadas, a volatilidade dos ativos e a variação do passivo atuarial.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/ passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios – detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Déficit	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	REG/REPLAN Salgado		REG/REPLAN Não salgado	
	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado em 31/12/2018	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado em 31/12/2018
Exercício 2014	208 meses	1.152.980	-	-
Exercício 2015	211 meses	3.523.112	237 meses	473.039
Exercício 2016	221 meses	4.967.991	241 meses	305.433
TOTAL		9.644.083		778.534

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2018 o montante de R\$ 11.480.974, calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, de 01/01/2018 a 31/12/2018, montam R\$ 743.338 (31/12/2017 – R\$ 245.331).

• **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Salgado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, consoante obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

• **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(I.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	Saúde CAIXA				Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa nominal de desconto (a.a.)	8,77%	9,71%	8,66%	9,60%	8,58%	9,49%	8,58%	9,49%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,84%	5,51%	4,73%	5,36%	4,66%	5,28%	4,66%	5,28%
Taxa de aumento dos salários projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de aumento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de rotatividade	1,03%	0,92%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Masculino: 57 anos Feminino: 54 anos	Masculino: 55 anos Feminino: 52 anos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Salgado		REG/REPLAN Não Salgado		REB		Novo Plano	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa nominal de desconto (a.a.)	8,79%	9,60%	8,84%	9,63%	8,79%	9,62%	8,86%	9,57%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,86%	5,38%	4,91%	5,41%	4,86%	5,30%	4,93%	5,36%
Taxa de aumento dos salários projetada (a.a.)	Não aplicável	4,00%	6,09%	6,35%	6,91%	7,17%	6,32%	7,31%
Taxa de aumento dos benefícios projetada (a.a.)	3,75%	Não aplicável	5,68%	4,00%	3,75%	4,00%	Com ACT: 0,35% Com ACT + INSS: 1,86%	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	8,79%	9,60%	8,84%	9,63%	8,79%	9,62%	8,86%	9,57%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2018	Experiência FUNCEF Novo Plano 2017
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Masculino: 53 anos Feminino: 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria 2016	Experiência entrada em aposentadoria 2016	Experiência entrada em aposentadoria 2016	55 anos para ambos os sexos	100% - 1ª elegibilidade	Experiência entrada em aposentadoria Novo Plano 2016	Experiência entrada em aposentadoria Novo Plano 2016

(I.4) Mudança no valor presente da obrigação atuarial dos planos de benefícios

O Valor Presente da Obrigação Atuarial – VPOA representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidelidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados. O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
	Saúde CAIXA						Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
VPOA no início do período	(8.969.176)	(10.122.889)	(13.541.692)	(1.349.664)	(1.422.383)	(1.331.503)	(56.365)	(62.431)	(51.831)			
Custo do serviço corrente	(130.546)	(267.236)	(235.069)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	(441.094)	(916.725)	(1.363.490)	(65.022)	(130.106)	(128.240)	(2.741)	(5.553)	(4.751)			
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(672.725)	817.356	(692.250)	(257.500)	(177.920)	(89.484)	(10.309)	(3.978)	(11.220)			
Ajuste de experiência	78.492	676.213	(129.993)	(112.417)	(92.699)	(46.775)	(4.768)	(793)	(7.991)			
Alterações premissas demográficas	978.994	978.994	(54.561)	-	-	-	-	-	-			
Alterações premissas financeiras	(1.730.211)	(837.851)	(507.696)	(145.083)	(85.221)	(42.709)	(5.541)	(3.185)	(3.229)			
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	2.884	5.431	5.371			
Benefícios pagos diretamente pela empresa	296.867	572.820	449.102	67.106	125.329	126.844	-	-	-			
Custo do serviço passado	-	-	5.260.510	-	-	-	-	-	-			
VPOA no final do período	(9.916.674)	(9.916.674)	(10.122.889)	(1.605.080)	(1.605.080)	(1.422.383)	(66.531)	(66.531)	(62.431)			

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
	REG/REPLAN Salgado			REG/REPLAN Não salgado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
VPOA no início do período	(53.703.193)	(54.795.804)	(49.346.014)	(6.303.503)	(6.631.222)	(5.083.154)	(414.019)	(426.439)	(341.032)	(1.874.619)	(1.900.692)	(1.206.044)
Custo do serviço corrente	-	-	-	(5.445)	(9.266)	(12.846)	(305)	(1.032)	(2.311)	(4.822.138)	(4.346.836)	(4.417.614)
Custo de juros	(2.622.764)	(5.166.917)	(4.986.596)	(310.514)	(621.394)	(528.933)	(20.144)	(39.713)	(35.185)	(92.921)	(181.928)	(123.833)
Contribuições pagas de participantes	(13.923)	(63.575)	(63.575)	(6.909)	(14.913)	(33.523)	(2.314)	(4.391)	(2.088)	(444)	(444)	(701)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(6.119.177)	(4.084.297)	(3.533.846)	(959.308)	(449.580)	(1.225.654)	(61.184)	(42.023)	(75.189)	(224.575)	(158.102)	(647.575)
Ajuste de experiência	(190.897)	(2.024.881)	(91.375)	96.331	(1.005.924)	(14.123)	(23.370)	(55.743)	(6.073)	(121.430)	(455.811)	(455.811)
Alterações premissas demográficas	289.966	(285.345)	722.919	(6.936)	(58.329)	(22.363)	-	(1.146)	-	12.676	10.930	(48.930)
Alterações premissas financeiras	(6.409.143)	(3.608.055)	(2.231.884)	(860.997)	(487.582)	(197.367)	(47.061)	(17.507)	(19.446)	(231.178)	(47.602)	(142.834)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	1.566.747	3.182.554	3.134.227	149.603	290.299	252.888	15.187	30.819	29.366	42.905	97.972	81.878
VPOA no final do período	(60.878.387)	(60.878.387)	(54.795.804)	(7.436.076)	(7.436.076)	(6.631.222)	(482.779)	(482.779)	(426.439)	(2.151.992)	(2.151.992)	(1.900.692)

(I.5) Mudança no valor justo dos ativos dos planos de benefícios

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos dos Planos – VJAP:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Salgado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
VJAP no início do período	56.365	62.431	51.831	39.603.688	36.376.829	34.863.940	4.822.138	4.346.836	4.256.614			
Receitas de juros	2.741	5.553	4.751	1.952.759	3.652.538	3.350.581	238.886	440.939	408.555			
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	10.309	3.978	11.220	(445.573)	1.944.408	865.492	30.336	395.064	(120.307)			
Contribuições do empregador	-	-	-	395.050	704.943	228.867	32.092	53.790	21.339			
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	395.048	838.061	202.116	44.442	71.961	33.523			
Benefícios pagos pelo plano	(2.884)	(5.431)	(5.371)	(1.566.747)	(3.182.554)	(3.134.227)	(149.603)	(290.299)	(252.888)			
VJAP no final do período	66.531	66.531	62.431	40.334.225	40.334.225	36.376.769	5.018.291	5.018.291	4.346.836			

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	REB			Novo Plano		
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
VJAP no início do período	438.313	384.385	318.259	1.373.003	1.187.011	651.598
Receitas de juros	21.578	39.297	31.771	69.035	126.687	79.642
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(2.327)	45.447	59.524	239.485	336.708	484.284
Contribuições do empregador	2.237	4.227	2.110	230.305	54.422	52.664
Contribuições de participantes do plano	2.314	4.391	2.087	444	444	701
Benefícios pagos pelo plano	(15.187)	(30.819)	(29.366)	(42.905)	(42.905)	(81.878)
VJAP no final do período	446.928	446.928	384.385	1.662.367	1.662.367	1.187.011

(I.6) Conciliação do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental limitada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
-----------	------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

(i.7) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	Saúde CAIXA	Auxílio e cesta-alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Salgado	REG/REPLAN Não salgado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2019	649.070	137.900	8.417	3.965.425	373.941	32.580	101.736
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2020	616.522	127.735	6.603	3.805.993	366.772	30.939	100.680
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2021	583.815	118.351	6.032	3.647.518	361.226	29.334	98.679
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2022	554.995	109.623	5.491	3.489.508	352.133	27.780	96.536
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2023 ou posterior	7.512.272	1.111.471	39.988	45.969.943	5.982.004	362.146	1.754.361
Total	9.916.674	1.605.080	66.531	60.878.387	7.436.076	482.779	2.151.992
Duration do passivo atuarial na data-base de 31/12/2018	10,49 anos	8,21 anos	7,06 anos	11,34 anos	13,31 anos	11,11 anos	13,78 anos

(i.8) Composição percentual dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Salgado		REG/REPLAN Não salgado		REB		Novo Plano	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Renda Fixa	54,24%	58,71%	55,48%	58,30%	63,41%	61,42%	72,14%	69,93%
Renda Variável	26,00%	22,01%	27,94%	25,06%	24,25%	24,64%	18,92%	20,30%
Investimentos Estruturados	2,69%	5,10%	2,58%	4,68%	2,98%	4,34%	2,12%	2,89%
Investimentos Imobiliários	11,84%	11,26%	10,68%	10,49%	3,37%	3,33%	0,53%	0,50%
Operações com Participantes	2,97%	2,92%	1,49%	1,47%	5,22%	6,27%	6,16%	6,38%
Outros Investimentos	2,26%	-	1,83%	-	0,77%	-	0,13%	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i.9) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Salgado		REG/REPLAN Não salgado		REB		Novo Plano	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Carteira própria	2.593.638	3.497.274	220.283	309.564	180.633	202.240	1.221.920	1.132.507
Fundos de Investimento – Gestão própria	34.604.432	30.998.731	4.248.557	3.790.929	1.929.432	1.596.129	13.865.531	11.229.442
Imóveis - Locados à CAIXA	5.117.751	4.564.415	540.911	488.750	71.906	63.493	77.256	63.393
Total	42.315.821	39.060.420	5.009.751	4.589.243	2.181.971	1.861.862	15.164.707	12.425.342

(i.10) (Despesas)/ Receitas e Pagamentos esperados para o semestre

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)		Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Salgado	REG/REPLAN Não salgado	REB
	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019
Custo do serviço corrente	(126.125)	-	-	-	(8.893)	(578)	(21.353)
Custo de juros sobre o VPOA	(420.687)	(66.494)	(2.632.709)	(649.388)	(20.865)	(20.865)	(96.513)
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	1.748.369	437.853	19.493	-	73.092
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o efeito da obrigação atuarial (Risk Sharing)	-	-	451.574	106.916	686	-	10.851
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(546.812)	(66.494)	(432.766)	(113.512)	(1.264)	(1.264)	(33.923)

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)		Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Salgado	REG/REPLAN Não salgado	REB
	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019
Benefícios	324.535	68.950	-	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	6.968	2.259	-	23.213
Contribuições extraordinárias	-	-	-	19.394	20	-	525
Total dos pagamentos esperados para o plano	324.535	68.950	427.824	26.362	2.279	2.279	23.738

(i.11) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)							
	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Aging Factor		Exercício 2018	
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%		
Saúde CAIXA								
Custo dos juros	(418.044)	(422.780)	(421.225)	(420.047)	(510.994)	(352.162)	(441.094)	
Valor presente das obrigações atuariais	(9.845.796)	(9.974.803)	(9.662.782)	(10.183.047)	(12.079.297)	(8.282.256)	(9.916.674)	
Auxílio e cesta-alimentação								
Custo dos juros	(64.709)	(66.494)	(65.970)	(66.991)	Não aplicável	Não aplicável	(65.022)	
Valor presente das obrigações atuariais	(1.563.827)	(1.605.080)	(1.638.290)	(1.573.121)	Não aplicável	Não aplicável	(1.605.080)	
EX-PREVHAB								
Custo dos juros	(2.618)	(2.734)	(2.697)	(2.652)	Não aplicável	Não aplicável	(2.741)	
Valor presente das obrigações atuariais	(65.194)	(67.891)	(65.268)	(67.839)	Não aplicável	Não aplicável	(66.531)	
REG/REPLAN Salgado								
Custo dos juros	(2.549.794)	(2.625.431)	(2.594.547)	(2.582.940)	Não aplicável	Não aplicável	(2.622.764)	
Valor presente das obrigações atuariais	(59.983.663)	(61.704.203)	(59.369.910)	(62.457.170)	Não aplicável	Não aplicável	(60.878.387)	
REG/REPLAN Não salgado								
Custo dos serviços	5.732	(603)	1.503	2.177	Não aplicável	Não aplicável	(5.445)	
Custo dos juros	(321.024)	(336.105)	(328.130)	(329.553)	Não aplicável	Não aplicável	(310.514)	
Valor presente das obrigações atuariais	(7.446.566)	(7.787.598)	(7.403.280)	(7.856.239)	Não aplicável	Não aplicável	(7.436.076)	
REB								
Custo dos serviços	(235)	(348)	(278)	(278)	Não aplicável	Não aplicável	(305)	
Custo dos juros	(10.436)	(10.440)	(10.564)	(10.614)	Não aplicável	Não aplicável	(20.144)	
Valor presente das obrigações atuariais	(469.535)	(496.702)	(488.469)	(490.721)	Não aplicável	Não aplicável	(482.779)	
Novo Plano								
Custo dos serviços	(19.288)	(20.630)	(18.601)	(21.486)	Não aplicável	Não aplicável	(2.338)	
Custo dos juros	(93.316)	(96.123)	(93.748)	(95.834)	Não aplicável	Não aplicável	(92.921)	
Valor presente das obrigações atuariais	(2.130.722)	(2.194.063)	(2.082.468)	(2.250.272)	Não aplicável	Não aplicável	(2.151.992)	

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2016
REB	21.990	43.466	43.014	43.014
Novo Plano	430.236	843.076	841.409	841.409
Total	452.226	886.542	884.423	884.423

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2016
Causas judiciais	6.872	19.063	7.674	7.674
Total	6.872	19.063	7.674	7.674

Nota 30 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública, é permitido ao pessoal-chave da administração a realização de operações de empréstimos ou adiantamentos nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

(a) Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União. Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

Os títulos públicos federais estão relacionados na Nota 6, os ativos com o FCVS são demonstrados na Nota 7, os tributos com o governo são apresentados na nota 20 e os dividendos e JCP a serem pagos ao tesouro são apresentados na Nota 19 (e).

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu relacionamento com a União, que em 31/12/2018, totalizavam R\$ 2.229.296 (31/12/2017 – 2.231.047). Do montante apresentado em 31/12/2018, R\$ 1.687.530 está constituído por saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos.

(b) Controladas

Considerando o período coberto pelas demonstrações contábeis, a CAIXA realiza negócios por meio de suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Seguridade e CAIXA Instantânea, a CAIXA controla também de forma indireta a CAIXA Holding Securitária S.A. por meio da CAIXA Seguridade, e o FIP Veneza por meio da CAIXAPAR.

(c) Controladas em Conjunto

Se enquadram como partes relacionadas as entidades nas quais a CAIXA participa em regime de controle conjunto por meio de suas subsidiárias CAIXAPAR e CAIXA Seguridade. Por meio da CAIXAPAR são controladas em conjunto: Banco Pan, Elo Serviços, Caixa Crescer, Cargemini, Tecban, Caixa Imóveis, Quod e Branes. Por meio da CAIXA Holding Securitária S.A. são controladas em conjunto da CAIXA, a PAN Corretora e a Too Seguros (antiga PAN Seguros).

A CAIXA mantém com a Cargemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a Tecban, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/12/2018, o montante dos numerários da CAIXA em poder da Tecban era de R\$ 2.654.034 (31/12/2017 – R\$ 2.414.846). A Elo presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento.

A Galgo Sistemas de Informações S.A. se enquadra como controlada em conjunto diretamente na CAIXA.

(d) Coligadas

A CAIXA Seguros Holding S.A. é uma entidade coligada constituída com o objetivo de participar nas empresas do Grupo CAIXA Seguros e apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Securitárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda., Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A., Youse Seg Participações Ltda., CNPX S.A.S., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A., Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguridade, incluindo suas investidas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

A Cibrasec se enquadra como coligada indireta por meio da CAIXAPAR.

(e) Pessoal Chave da Administração

Se enquadram como pessoal chave da administração as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, direta ou indiretamente, considerando-se também membros até 2º grau da família e entidade jurídica dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios com a entidade. Na CAIXA se enquadram como pessoal chave com responsabilidades diretas e indiretas nas atividades, o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos.

(f) Outras Partes Relacionadas

As entidades que são controladas, ou sofrem influência significativa de forma direta ou indireta da União estão classificadas no item "Outras entidades". Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo, tais como: Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea, além dos fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FAT, FAR, FMM, FCVS e FIES.

Inclui também a Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós emprego dos funcionários da CAIXA, que mantém com ela contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da Funcef.

Os quadros a seguir apresentam os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.

Descrição	INDIVIDUAL											
	31/12/2018						31/12/2017					
	Controladora	Controladas (1)	Controlada em conjunto (2)	Coligadas (3)	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades (4)	Controladora	Controladas	Controlada em conjunto	Coligadas	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades
ATIVO:	2.229.296	108.159	10.259.752	2.407.380	10.830	16.225.278	2.231.047	287.469	13.756.538	2.415.871	10.969	13.020.453
Aplicações interfinanceiras de liquidez (5)	-	-	7.016.623	-	-	999.998	-	-	9.813.349	-	-	55.401
Títulos e Valores Mobiliários (6)	-	-	-	2.396.408	-	7.556.421	-	-	-	2.387.905	-	5.268.376
Rendas a receber	566.374	98.970	2.732	10.687	-	537.182	546.985	282.522	1.392	27.966	-	554.745
Operações de crédito (7)	46.139	-	17.109	317	12.067	6.814.032	81.428	-	9.432	-	12.257	6.825.569
Provisões para operações de crédito	-	-	(261)	(32)	(1.237)	-	(9.988)	-	(144)	-	(1.288)	-
Outros créditos (8)	1.616.783	9.189	2.550.773	-	-	329.901	1.612.622	4.947	3.339.036	-	-	332.266
Provisões para outros créditos	-	-	-	-	-	(68.952)	-	-	-	-	-	(20.182)
Outros valores e bens	-	-	672.776	-	-	56.696	-	-	593.473	-	-	4.278
PASSIVO:	5.503.876	789.741	2.595.441	6.800.295	116.141	33.828.302	4.316.822					

Descrição	31/12/2018					31/12/2017				
	Controladora	Controlada em conjunto (1)	Coligadas (2)	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligadas	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades
ATIVO:	2.229.296	10.259.752	2.407.380	10.830	16.225.278	2.231.047	13.756.538	2.415.871	10.969	13.020.453
Aplicações interfinanceiras de liquidez (4)	-	7.016.623	-	-	999.998	-	9.813.349	-	-	55.401
Títulos e Valores Mobiliários (5)	-	-	2.396.408	-	7.556.421	-	-	2.387.905	-	5.268.376
Rendas a receber	566.374	2.732	10.687	-	537.182	546.985	1.392	27.966	-	554.745
Operações de crédito (6)	46.139	17.109	317	12.067	6.814.032	81.428	9.432	-	12.257	6.825.569
Provisões para operações de crédito	-	(261)	(32)	(1.237)	-	(9.988)	(144)	-	(1.288)	-
Outros créditos (7)	1.616.783	2.550.773	-	-	329.901	1.612.622	3.339.036	-	-	332.266
Provisões para outros créditos	-	-	-	-	(68.952)	-	-	-	-	(20.182)
Outros valores e bens	-	672.776	-	-	56.696	-	593.473	-	-	4.278
PASSIVO:	5.503.876	2.621.665	6.800.295	116.141	33.828.302	4.316.822	1.688.495	8.252.915	63.842	43.759.586
Depósitos à vista	2.146	40.638	31.591	2.329	17.879	2.202	48.398	52.009	1.834	124.080
Depósitos poupança	206.700	23	9.274	15.695	1.498	-	-	24.054	12.056	2.091
Depósitos à prazo	-	16.600	-	98.117	29.593	-	15.033	-	49.952	19.722
Depósitos especiais de fundos e programas	69.593	-	-	-	1.357.837	7.914	-	-	-	3.340.121
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasse do país - instituições oficiais (8)	369.371	-	-	-	31.160.058	399.978	-	-	-	33.195.944
Obrigações de obrigações com loterias	284.786	-	-	-	76.990	27.332	-	-	-	7.311
Obrigações por fundos e programas sociais	4.508.837	-	-	-	284.474	3.820.288	-	-	-	267.282
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.481	-	-	-	834.464	1.481	-	-	-	6.744.281
Obrigações diversais (9)	60.962	2.564.404	6.759.430	-	65.509	57.627	1.625.064	8.176.852	-	58.754

- (1) Composto principalmente pelas transações com Banco Pan, Caggemini, Elo Serviços, Crescer, Tecban, Branes, Pan Corretora e Too Seguros.
(2) Refere-se principalmente às transações com a Cibrasec e Grupo CAIXA Seguros.
(3) Composto principalmente por transações com a Petrobras, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, Parapananema S.A, Funcef, Emgea, FAR, FCVS e FDS. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota Explicativa 7.
(4) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto corresponde ao Banco Pan e o saldo de Outras entidades é referente ao Banco do Brasil.
(5) A totalidade do saldo em Coligadas se refere a certificados de recebíveis imobiliários da Cibrasec. Do saldo total de Outras entidades, cerca de R\$7.388.538 se refere a ações da Petrobras. Os títulos e valores mobiliários com a União são apresentados na Nota Explicativa 6 (a).
(6) A totalidade do saldo de Operações de crédito de Outras entidades corresponde a Petrobras.
(7) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto se refere ao prêmio em operações de aquisição de carteiras com o Banco Pan.
(8) A totalidade do saldo de Outras entidades se refere aos repasses do BNDES (Nota explicativa 17).
(9) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto é referente ao Banco Pan e o saldo de Coligadas é referente às obrigações constituídas nas operações de cessão com coobrigação com a Cibrasec.
Os quadros a seguir apresentam os saldos que compõem o resultado decorrente de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	2º semestre - 2018					2º semestre - 2017				
	Controladora	Controladas (1)	Controlada em conjunto (2)	Coligadas (3)	Outras entidades (4)	Controladora	Controladas	Controlada em conjunto	Coligadas	Outras entidades
RECEITAS:	520.071	3.953	873.176	92.275	1.673.953	487.533	4.214	825.227	96.537	1.185.277
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	259.332	-	1	-	-	436.067	-	552
Rendas prestação serviços	395.396	185	278.299	92.275	568.609	391.608	320	266.330	96.537	460.716
Outras receitas operacionais	124.675	3.768	335.545	-	1.105.343	95.925	3.894	122.830	-	724.009
DESPESAS:	(21.111)	(32.634)	(1.168.036)	(423.244)	(3.055.076)	(34.775)	(43.108)	(969.594)	(340.955)	(2.376.067)
Captação no mercado	(16.476)	(32.634)	(781)	-	(188.289)	(22.757)	(43.108)	(294)	-	(276.118)
Pessoal (5)	-	-	-	-	(469.224)	-	-	-	-	(441.797)
Administrativas (5)	-	-	-	-	(16.862)	-	-	-	-	(37.973)
Venda ou transferência de ativos financeiros (6)	-	-	-	(423.223)	-	-	-	-	(340.955)	-
Outras despesas operacionais (7)	(4.635)	-	(1.167.255)	(21)	(2.380.701)	(12.018)	-	(969.300)	-	(1.620.179)
RECEITAS:	1.045.074	7.982	1.591.657	187.879	2.915.286	1.011.687	19.648	1.785.103	189.581	2.720.919
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	523.463	-	43	-	-	1.095.629	-	1.955
Rendas prestação serviços	805.198	585	605.491	187.879	968.985	780.661	462	527.356	189.581	874.315
Outras receitas operacionais	239.876	7.397	462.703	-	1.946.258	231.026	19.186	162.118	-	1.844.649
DESPESAS:	(42.466)	(68.685)	(2.271.686)	(805.671)	(5.049.444)	(71.766)	(105.616)	(969.594)	(769.468)	(4.566.929)
Captação no mercado	(33.537)	(68.685)	(1.108)	-	(434.745)	(53.558)	(105.616)	(498)	-	(585.445)
Pessoal (5)	-	-	-	-	(894.008)	-	-	-	-	(887.759)
Administrativas (5)	-	-	-	-	(62.143)	-	-	-	-	(73.677)
Venda ou transferência de ativos financeiros (6)	-	-	-	(805.650)	-	-	-	-	(769.468)	-
Outras despesas operacionais (7)	(8.929)	-	(2.270.578)	(21)	(3.658.548)	(18.208)	-	(1.931.153)	-	(3.020.048)

- (1) Refere-se principalmente às transações com a CAIXAPAR, CAIXA Seguridade, Caixa Instantânea e Caixa Holding Securitária S.A.
(2) Refere-se às transações com o Banco Pan, Elo, Tecban e Caggemini.
(3) Refere-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.
(4) Refere-se, principalmente, às transações com BNDES, FCVS, Funcef, FAR e FAT.
(5) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com a Funcef são apresentados na nota explicativa 29.
(6) A totalidade do saldo é referente a transações de cessão de carteira com a Cibrasec (Nota explicativa 8 (f.2)).
(7) O saldo referente a Controladas em conjunto é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes em terminais de auto atendimento da Tecban.

Descrição	2º semestre - 2018				2º semestre - 2017			
	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligadas	Outras entidades
RECEITAS:	520.071	873.176	399.737	1.673.953	487.533	825.227	338.306	1.185.277
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	259.332	-	1	-	436.067	-	552
Rendas prestação serviços	395.396	278.299	92.275	568.609	391.608	266.330	96.537	460.716
Outras receitas operacionais	124.675	335.545	307.462	1.105.343	95.925	122.830	241.769	724.009
DESPESAS:	(21.111)	(1.168.036)	(423.244)	(3.056.241)	(34.775)	(969.594)	(340.955)	(2.376.067)
Captação no mercado	(16.476)	(781)	-	(188.289)	(22.757)	(294)	-	(276.118)
Pessoal (4)	-	-	-	(470.389)	-	-	-	(442.756)
Administrativas (4)	-	-	-	(16.862)	-	-	-	(37.973)
Venda ou transferência de ativos financeiros (5)	-	-	(423.223)	-	-	-	(340.955)	-
Outras despesas operacionais (6)	(4.635)	(1.167.255)	(21)	(2.380.701)	(12.018)	-	-	(1.620.179)
RECEITAS:	1.045.074	1.591.657	853.763	2.915.286	1.011.687	1.785.103	695.768	2.720.919
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	523.463	-	43	-	1.095.629	-	1.955
Rendas prestação serviços	805.198	605.491	187.879	968.985	780.663	527.356	189.581	874.315
Outras receitas operacionais	239.876	462.703	665.884	1.946.258	231.026	162.118	506.187	1.844.649
DESPESAS:	(42.466)	(2.271.686)	(805.671)	(5.049.444)	(71.766)	(1.931.651)	(769.468)	(4.566.929)
Captação no mercado	(33.537)	(1.108)	-	(434.745)	(53.558)	(498)	-	(585.445)
Pessoal (4)	-	-	-	(894.008)	-	-	-	(888.864)
Administrativas (4)	-	-	-	(62.143)	-	-	-	(73.677)
Venda ou transferência de ativos financeiros (5)	-	-	(805.650)	-	-	-	(769.468)	-
Outras despesas operacionais (6)	(8.929)	(2.270.578)	(21)	(3.658.548)	(18.208)	(1.931.153)	-	(3.020.048)

- (1) Refere-se às transações com o Banco Pan, Elo, Tecban e Caggemini.
(2) Refere-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.
(3) Refere-se, principalmente, às transações com BNDES, FCVS, Funcef, FAR e FAT.
(4) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com a Funcef são apresentados na nota explicativa 29.
(5) A totalidade do saldo é referente a transações de cessão de carteira com a Cibrasec (Nota explicativa 8 (f.2)).
(6) O saldo referente a Controladas em conjunto é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes em terminais de auto atendimento da Tecban.
(g) Média salarial

Descrição	31/12/2018 (valores em R\$)		31/12/2017 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.197	53.963	56.196	45.163
Salário médio	45.148	9.905	45.346	9.207
Menor salário	41.868	2.832	41.867	2.697
Benefícios	7.392	2.662	7.192	2.217

(h) Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos) são apresentados como segue:

Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	16.687	38.143	19.016	33.952
Proventos	10.193	20.876	10.068	21.170
Diretoria	8.634	17.703	8.796	18.745
Conselho de Administração	241	430	182	373
Conselho Fiscal	161	336	173	320
Comitê de Auditoria	755	1.604	817	1.632
Comitê Independente de Risco	402	803	100	100
Remuneração variável	2.265	8.906	4.395	4.440
Diretoria	2.265	8.906	4.395	4.440
Benefícios	604	1.141	550	960
Diretoria	604	1.141	550	960
Treinamento	41	70	127	306
Encargos Sociais	3.584	7.150	3.876	7.076
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	106	899	10	1.907
Benefícios pós emprego	599	1.231	703	1.465
Previdência Complementar	599	1.231	703	1.465

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio moradia, plano de saúde e seguro de vida aos membros da diretoria.

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, conselho de administração e conselho fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.

As Garantias Financeiras Prestadas são apresentadas na Nota Explicativa 28.

Nota 31 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente a riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

Os riscos considerados como relevantes são: Risco de Crédito; Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Operacional; Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação; Risco de Estratégia; Risco de Reputação, Risco Socioambiental, Risco de Contágio, Risco Atuarial e Risco de Concentração, Risco Cibernético e Risco de TI.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.502/2016 as instituições financeiras devem elaborar plano de recuperação objetivando o restabelecimento dos níveis adequados de capital e liquidez, bem como preservar a viabilidade da instituição e a estabilidade regular do Sistema Financeiro Nacional, em resposta a situações de estresse.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, bem como do Plano de Recuperação está disponível no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Relações com Investidores, Gerenciamento de Riscos, Relatórios de Gerenciamento de Risco e Capital.

(a) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência – PR	101.215.569	93.464.469
Nível I	66.503.842	59.387.930
Capital Principal – CP	66.503.842	59.387.930
Patrimônio líquido (1)	81.241.695	71.383.553
Ajustes prudenciais	(14.737.853)	(11.995.623)
Capital Complementar – CC	-	-
Nível II	34.711.716	<

Para a Vice-presidência Administração e Gestão de Ativos de Terceiros, foi escolhida a Senhora Luciane Ribeiro. Graduada em Economia com formação no programa de liderança (Authentic Leadership Program) pela Harvard Business School. Possui mais de 35 anos de experiência em grandes instituições financeiras nacionais e internacionais, exercendo cargos CEO de Asset Management nos bancos Santander, ABN Amro e Safra. Foi Diretora e é atual membro do Conselho de Regulação de Fundos da ANBIMA. Também é membro do Conselho da Women Leadership in Latin America e do Comitê de Investimentos do Fundo de Pensão das Nações Unidas.

Em relação ao 3º ciclo de Seleção, iniciado em janeiro de 2019:

Para a Vice-presidência de Finanças e Controladoria, foi escolhido o Senhor André Tosello Laloni. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e com MBA pela Darden Graduate School of Business Administration - University of Virginia. Possui grande conhecimento do mercado financeiro nacional e internacional, tendo ocupado cargos estratégicos nos bancos UBS, Barclays, Goldman Sachs e Unibanco.

Para a Vice-presidência de Clientes, Negócios e Transformação Digital, foi escolhido o Senhor Valter Gonçalves Nunes. Graduado em Comunicação. Empregado de carreira, com 35 anos de atuação na CAIXA, exercendo cargos estratégicos de Superintendente Regional e Diretor Executivo de Atendimento e Negócios e do FGTS.

Para a Vice-presidência Gestão de Pessoas, foi escolhido o Senhor Roney de Oliveira Granemann. Graduado em Economia com pós-graduação em Finanças e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Empregado de carreira, com 29 anos de atuação na CAIXA, exercendo cargos estratégicos de Superintendente Regional da Rede de Atendimento e Diretor Executivo de Gestão de Pessoas.

Os nomes foram eleitos pelo Conselho de Administração da empresa, em reunião realizada nos dias 24/01/2019 (2º ciclo) e 25/02/2019 (3º ciclo) e tomaram posse na presente data.

(b) Aquisição de ações em Aumento de Capital - CAIXAPAR

A CAIXAPAR, subsidiária da CAIXA e acionista do Banco PAN, notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital, de forma que, após as competentes aprovações, a composição do capital total da Companhia passará a ser de: (i) 41,7% para CAIXAPAR; (ii) 41,7% para o BTG Pactual e (iii) 16,6% para os acionistas minoritários.

Pedro Duarte Guimarães Presidente	Jair Luis Mahl Vice-presidente
Cláudio Salturo Vice-presidente	Júlio Cesar Volpp Sierra Vice-presidente
João Eduardo de Assis Pacheco Dacache Vice-presidente	Oswaldo Bruno Brasil Cavalcante Vice-presidente em exercício Portaria PRESI nº 0416/2019, de 20/03/2019
Mozart de Oliveira Farias Vice-presidente	Roney de Oliveira Granemann Vice-presidente
Paulo Henrique Angelo Souza Vice-presidente	Valter Gonçalves Nunes Vice-presidente
Tatiana Thomé de Oliveira Vice-presidente em exercício Portaria PRESI nº 0312/19, de 28/02/2019	
Marcos Brasileiro Rosa Superintendente Nacional Contador CRC 022351/O-1-DF	

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2018

1. Introdução

O Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros independentes, nomeados pelo CA. O COAUD atua como único para a Instituição Financeira CAIXA e para sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR. Tem como principais responsabilidades o monitoramento do processo de elaboração e da qualidade das demonstrações contábeis, da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e da efetividade e independência das auditorias interna e independente. Atua com autonomia e independência como órgão de assessoramento, sem poder decisório ou com funções executivas. Suas atribuições são definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 3.198/2004, Estatuto Social da CAIXA e por seu Regimento Interno, disponível no site <http://www.caixa.gov.br>.

2. Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Comitê Independente de Riscos (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital.

O Comitê de Partes Relacionadas (COPAR) assessora o CA em suas funções relativas às transações relevantes da instituição realizadas com partes relacionadas.

O processo de supervisão efetuado pelo COAUD baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações realizadas pelas diversas áreas de negócio e de suporte, no resultado do trabalho dos auditores independentes, dos comitês de assessoramento ao CA, com destaque para o Comitê Independente de Riscos (CORIS). Nessas reuniões abordou, em vista da natureza de suas atividades, assuntos relacionados a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, ouvidoria e tecnologia da informação. Também participou de todas as reuniões do CA da CAIXA, o que favoreceu acesso a informações sobre o desenvolvimento da instituição.

3. Atividades do período

Durante o segundo semestre de 2018, em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho aprovado pelo CA, o Comitê promoveu reuniões, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, auditorias interna e independente, e comitês de assessoramento ao CA, com destaque para o Comitê Independente de Riscos (CORIS). Nessas reuniões abordou, em vista da natureza de suas atividades, assuntos relacionados a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, ouvidoria e tecnologia da informação. Também participou de todas as reuniões do CA da CAIXA, o que favoreceu acesso a informações sobre o desenvolvimento da instituição.

Nos debates realizados com os gestores das diversas áreas foram identificadas recomendações de ações corretivas que se encontram devidamente registradas em Atas.

I - Órgãos reguladores e de controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e de controle, das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e a área de Controles Internos sobre o *follow-up* desses apontamentos. Também manteve reuniões com representantes do BACEN no período.

II - Auditoria interna

Com a equipe de auditoria interna, realizou reuniões para acompanhamento do planejamento, dos resultados dos principais trabalhos, conclusões, relatórios emitidos e respectivas recomendações. A avaliação da objetividade, independência, eficácia e eficiência da Auditoria Interna é parte das atribuições do Comitê e foi realizada formalmente, sendo seus resultados discutidos com o gestor da área para aprimoramento quando aplicável.

III - Auditoria independente

O Comitê também avaliou formalmente a objetividade e independência dos auditores independentes, a qualidade e efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê. Durante o período, manteve um canal regular de comunicação com os auditores e realizou reuniões para acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, com destaque para aspectos contábeis relevantes com impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do segundo semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, deficiências e recomendações de melhoria reportadas no relatório de controles internos do primeiro semestre de 2018, principais assuntos de auditoria (PAA), ênfase relacionada a créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e ressalva sobre a impossibilidade de determinar a necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados à investigação em andamento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Com relação à ressalva, o COAUD tem discutido e ponderado seus possíveis efeitos com a auditoria independente e o CA. Durante o período, o COAUD acompanhou o processo de prorrogação do contrato com os auditores independentes, apresentando sua recomendação ao CA.

IV - Controles internos, conformidade e gerenciamento de riscos

O Comitê realizou reuniões com as áreas responsáveis com o objetivo de acompanhar os aspectos relativos à qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e de capital existentes, incluindo reuniões com o CORIS. O COAUD monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o CORIS. Também vem acompanhando os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

V - Ouvidoria

Durante o período, o Comitê manteve reuniões com o Ouvidor da instituição para conhecimento do Relatório da Ouvidoria e do Relatório Semestral de Denúncias, elaborados em consonância com as Resoluções 4.433/2015 e 4.567/17 do Conselho Monetário Nacional. O Comitê também vem acompanhando a efetividade do Canal de Denúncias da CAIXA e a contratação de empresa independente para sua operação.

VI - Demonstrações contábeis

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, emitido com ressalva em 28 de março de 2019. Reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações, previamente à sua divulgação, para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

VII – Partes Relacionadas

O COAUD avalia e monitora, em conjunto com a Administração, o COPAR e a Auditoria Interna, a adequação dos processos relacionados às transações com partes relacionadas.

VIII – Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Segurança da Informação

O Comitê manteve reuniões com as áreas responsáveis para conhecimento e acompanhamento dos processos e medidas adotadas para mitigação de riscos e tratamento dado às principais ocorrências no período.

IX - Outras atividades

Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê também esteve envolvido nos seguintes assuntos durante o segundo semestre de 2018: (i) acompanhamento, junto às áreas responsáveis, dos processos relativos à avaliação da coerência das premissas e cálculos atuariais dos planos de previdência e de cobertura aos planos de saúde da CAIXA; (ii) acompanhamento do contencioso trabalhista, tributário e cível, incluindo o possível impacto, nas demonstrações contábeis da CAIXA, dos passivos contingentes classificados como possíveis pela Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF); (iii) revisão, pela Administração, da estrutura de governança corporativa dos fundos de governos geridos, operados e/ou administrados pela CAIXA; e (iv) acompanhamento do tema segurança cibernética.

Durante o período, os membros do Comitê participaram de atividades e programas de atualização em temas relacionados às suas atividades e realizaram a autoavaliação anual.

O Comitê apresentou relatos periódicos de suas atividades ao CA e reuniu-se com o Conselho Fiscal (CF).

4. Conclusões

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, reconhecendo a necessidade de aprimoramento em alguns processos corporativos e, sobretudo, de investimento em atualização tecnológica, concluiu que:

- os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, ponderados o porte e a complexidade da instituição;
- a auditoria interna mostra-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
- a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência;
- todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido com ressalva, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA, ponderados os possíveis efeitos de eventuais ajustes ou divulgações adicionais relacionados à ressalva dos Auditores Independentes.

Brasília, DF, 28 de março de 2019.

ALBERTO EMMANUEL CARVALHO WHITAKER
CARLA ALESSANDRA TREMATORE
Presidente
CARLOS ROBERTO MATAVELLI

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionista

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA e da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 2(d) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais nas operações citadas na referida Nota, a administração da CAIXA tomou conhecimento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Em decorrência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, foi constituído um Comitê Independente específico e contratados especialistas independentes para conduzir investigações relacionadas às alegações e identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os eventuais consequentes impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esses assuntos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Créditos com o FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 7(b) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2018, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 28.272 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam a R\$ 13.368 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 4.540 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 19.443 milhões, em 31 de dezembro de 2018, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

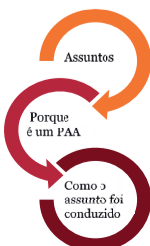
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, considerando que as ações relacionadas à referida investigação estão em andamento, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da CAIXA e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela inclusão do PAA sobre Provisão para perdas de bens não de uso próprio – BNDU, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)</p> <p>A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos alinhados com a Resolução do Conselho Monetário Nacional no. 2.682, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Procedemos ao entendimento e testes dos controles internos relevantes na mensuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: aprovação da política de crédito; análise de crédito; concessão de crédito e operações renegociadas; atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; processamento e contabilização das provisões; reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e elaboração das notas explicativas.</p> <p>Efetuamos, também, testes em relação a integridade e totalidade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis e as informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios analíticos.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação ao previsto nas normas regulamentares e nas políticas internas para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.</p>
<p>Crédito tributário (Notas 3(i) e 20)</p> <p>O crédito tributário decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo.</p> <p>A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA e de suas investidas, incluindo utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados.</p> <p>Considerando a subjetividade inerente a esse processo, uma vez que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização dos créditos tributários, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Realizamos o entendimento do processo de apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como do estudo de realização dos créditos tributários de acordo com as projeções de lucros tributáveis elaborados pela Administração.</p> <p>Analisamos premissas críticas incluídas nas projeções de lucros tributáveis e, comparamos com dados macroeconômicos disponíveis e informações históricas e prospectivas da CAIXA e de suas investidas em seus aspectos mais relevantes.</p> <p>Testamos a natureza e os montantes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.</p> <p>Discutimos com a Administração e inspecionamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelo Conselho Diretor e apreciação pelo Conselho de Administração.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e manutenção dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.</p>
<p>Provisões para passivos contingentes (Notas 3(k) e 28)</p> <p>A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente.</p> <p>A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração levam em consideração os pareceres dos assessores jurídicos e exercício de julgamento feito pela Administração da CAIXA. Consequentemente, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, abrangeram dentre outros:</p> <p>O entendimento dos controles relacionados a identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, bem como os modelos de cálculo adotados para a constituição das provisões de natureza tributária, cível e trabalhistas, que consideram a análise individualizada para as ações relevantes e o valor médio histórico de condenação pago para as demais ações.</p> <p>Efetuamos testes em relação aos valores provisionados das ações relevantes, bem como, com o apoio de nossos especialistas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cíveis.</p> <p>Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda relacionadas as demais contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.</p> <p>Efetuamos procedimentos de confirmação com os advogados que são responsáveis pela análise dos processos judiciais e administrativos relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.</p>

Porque é um PAA

Plano de benefício pós-emprego (Notas 3(m) e 29)

A CAIXA tem planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados, da aplicação das características de cada plano quanto a responsabilidade da CAIXA como patrocinadora, incluindo a paridade contributiva, bem como a determinação de premissas por parte da administração com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, de evolução de custos médicos e de mortalidade.

Além disso, a CAIXA aprovou um novo estatuto em 14 de dezembro de 2017 alterando as premissas do plano econômico Saúde CAIXA com a implementação de teto de contribuição vinculado à folha de pagamento como limitador de gastos da CAIXA.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Procedemos ao entendimento dos processos que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego.

Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à completude e base de dados consideradas nos cálculos atuariais, além da paridade contributiva do déficit.

Com o auxílio de nossos especialistas atuários procedemos à reperformance de cálculos em base de testes e discutimos as metodologias e os julgamentos relevantes utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado. Realizamos o confronto do saldo contábil com o saldo apresentado nos pareceres atuariais.

Availamos os estudos e análises feitos pela Administração quanto ao reconhecimento contábil das alterações de premissas dos planos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para os planos de benefícios pós emprego são, em todos os seus aspectos relevantes, razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Provisão para perdas de bens não de uso próprio (imóveis) – BNDU (Nota 10)

A estimativa da provisão para perdas de bens não de uso próprio envolve julgamento e estimativas por parte da Administração. A determinação dessa provisão levou em consideração valor de avaliação, o percentual do deságio em relação aos imóveis ocupados e desocupados, o tipo de financiamento, o levantamento de todos os custos incorridos durante o processo de retomada, denominados custos recuperáveis, bem como dos custos de manutenção dos imóveis em estoque até a sua venda. Nessa circunstância, esse assunto foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Procedemos ao entendimento da mensuração e reconhecimento da provisão contemplando substancialmente os processos de entradas dos imóveis na base de dados, bem como na determinação do deságio em relação ao valor contábil.

Efetuamos, também, testes em relação a integridade e totalidade da base de dados utilizada para cálculo da provisão, bem como testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos deságios atribuídos, tendo como base os valores de avaliação. Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis e as informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação as políticas internas para a determinação da provisão.

Ambiente de Tecnologia da informação

A CAIXA opera em um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos principais controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores sobre a infraestrutura que suportam as informações relevantes no processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes e segregação de função.

Por meio dos resultados dos trabalhos mencionados, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para a auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Porque é um PAA

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da CAIXA e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 –

"Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a CAIXA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer nº 03/2019, da Ata nº 770, de 28/03/2019

Assunto: Balancete Mensal de Dezembro, Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao exercício de 2018 – Resolução do Conselho Diretor nº 8195/2019, de 26/03/2019.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Inciso III do Artigo 59 do Estatuto Social da Empresa, examinou as Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, bem como a Proposta de Distribuição dos Resultados, referentes ao exercício de 2018, aprovados pela Resolução do Conselho Diretor nº 8.195, de 26/03/2019, e tomando por base a manifestação da Auditoria Interna, o Parecer da PricewaterhouseCoopers (PWC), o Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (COAUD) – Segundo Semestre de 2018, a Resolução do Conselho de Administração nº 704, da Ata nº 598, de 27/03/19, a Resolução do Conselho Diretor nº 7.989/2018 e a Resolução do Conselho de Administração nº 582, da Ata nº 535, de 28/06/18, **é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA: 1) as recomendações da Auditoria Interna; 2) a ênfase da Auditoria Independente; e 3) a ressalva da Auditoria Independente, a saber: “considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos [detalhados por meio da Nota Explicativa 2 (d) às Demonstrações Contábeis] estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esses assuntos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.” Observado o exposto, o Colegiado nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.**

Brasília, 28 de março de 2019.

CÉSAR ALMEIDA DE
MENESES SILVA
Conselheiro Suplente

CRISTIANO NEUENSCHWANDER
LINS DE MORAIS
Conselheiro

DANIEL DE SABOIA XAVIER
Conselheiro

MÁRCIA FERNANDA DE
OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 25, Inciso XVIII, alínea “d”, do Estatuto Social da CAIXA, ouvidas as manifestações da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria (COAUD), **aprovou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Caixa Econômica Federal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e **referendou** a ressalva e a ênfase apresentadas pela Auditoria Independente.

Brasília, 27 de março de 2019.

ADILSON HERRERO

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO

Conselheiro

Conselheiro

JORGE ROBERTO MANOEL
Conselheiro

MARIA RITA SERRANO
Conselheira Representante dos Empregados

PEDRO DUARTE GUIMARÃES
Conselheiro

ANDRÉ NUNES
Presidente, em exercício